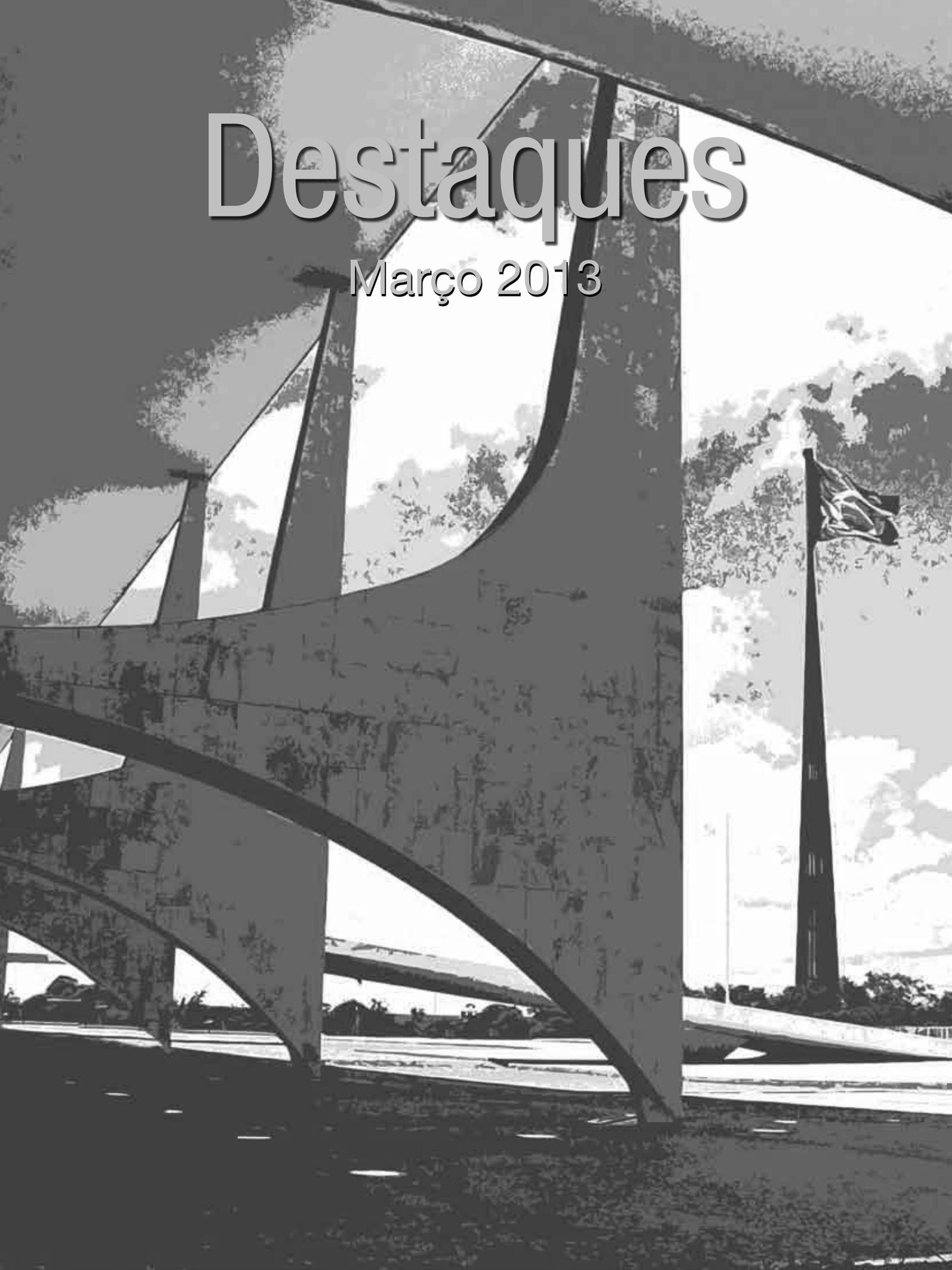


Destiques

Março 2013



Copyright © 2013 – Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social (SECOM).
Publicação de cunho informativo e de prestação de serviço. Todos os direitos reservados.
É permitida a reprodução total ou parcial da publicação e de informações nela contidas,
desde que citada a fonte.

Seu conteúdo não pode ser alterado. As informações aqui divulgadas, sem menção à fonte, são obtidas diretamente de ministérios e instituições da Administração Federal. Informações de origem diversa são veiculadas mediante citação da fonte.

Versão eletrônica disponível no site: <http://www.planalto.gov.br>

Contato: destaques.secom@planalto.gov.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Brasil. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social.

Destaques / Secretaria de Comunicação Social. – Ano VI, n.1 (nov. 2012/fev. 2013) –
Brasília: SECOM, 2013.

v.: il. – Quadrimestral.

Título anterior: Destaques: ações e programas do Governo Federal.

1. Programa de Governo. 2. Política. I. Título

índice

2 Apresentação

3 Brasil em Números

4 Brasil em números

8 Cenário econômico

11 Gestão em Destaque

12 Erradicação da extrema pobreza

43 Minha Casa Minha Vida

16 Infraestrutura

45 Estímulo ao investimento

20 Direitos e cidadania

48 Gestão de riscos e resposta
a desastres naturais

24 Desenvolvimento econômico

30 Saúde

52 Agricultura familiar e
reforma agrária

34 Educação

37 Segurança

54 Programa Mais Irrigação

40 Grandes eventos esportivos

56 Relação federativa

58 Brasil e o Mundo

62 Agenda Normativa

2 Apresentação



CHRISTIAN KNEPPER/EMBRATUR

A primeira edição do Caderno Destaques de 2013 apresenta os resultados das ações prioritárias do Governo Federal nos primeiros 26 meses de gestão, além de informações sobre os principais programas lançados entre novembro de 2012 e fevereiro de 2013.

No capítulo *Brasil em Números*, são analisados indicadores de educação no Brasil, mostrando que houve avanços no acesso à escola em todos os níveis de ensino e também na qualidade do ensino do País. Neste mesmo capítulo, o Cenário Econômico apresenta um balanço do desempenho da economia em 2012, ano em que o compromisso com a estabilidade econômica combinou-se com a continuidade da geração de empregos – permitindo que a taxa de desemprego atingisse seus mais baixos patamares históricos – e com a queda da taxa de juros básica, a Selic, que também atingiu seu menor nível histórico. A perspectiva para 2013 é de aceleração do crescimento econômico, como já apontam os indicadores do desempenho da indústria em janeiro.

Após o final do segundo ano de gestão, os programas prioritários do Governo Federal acumulam resultados expressivos com impactos significativos sobre a qualidade de vida e a geração de oportunidades para os brasileiros e as brasileiras, como mostra o capítulo *Gestão em Destaque*. Um resultado importante foi alcançado pelo Brasil sem Miséria, que em dois anos garantiu que mais de 22 milhões de pessoas superassem a extrema pobreza, retirando desta condição todos os beneficiários do programa Bolsa Família. Até fevereiro de 2013, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC já havia investido 47,8% dos recursos previstos

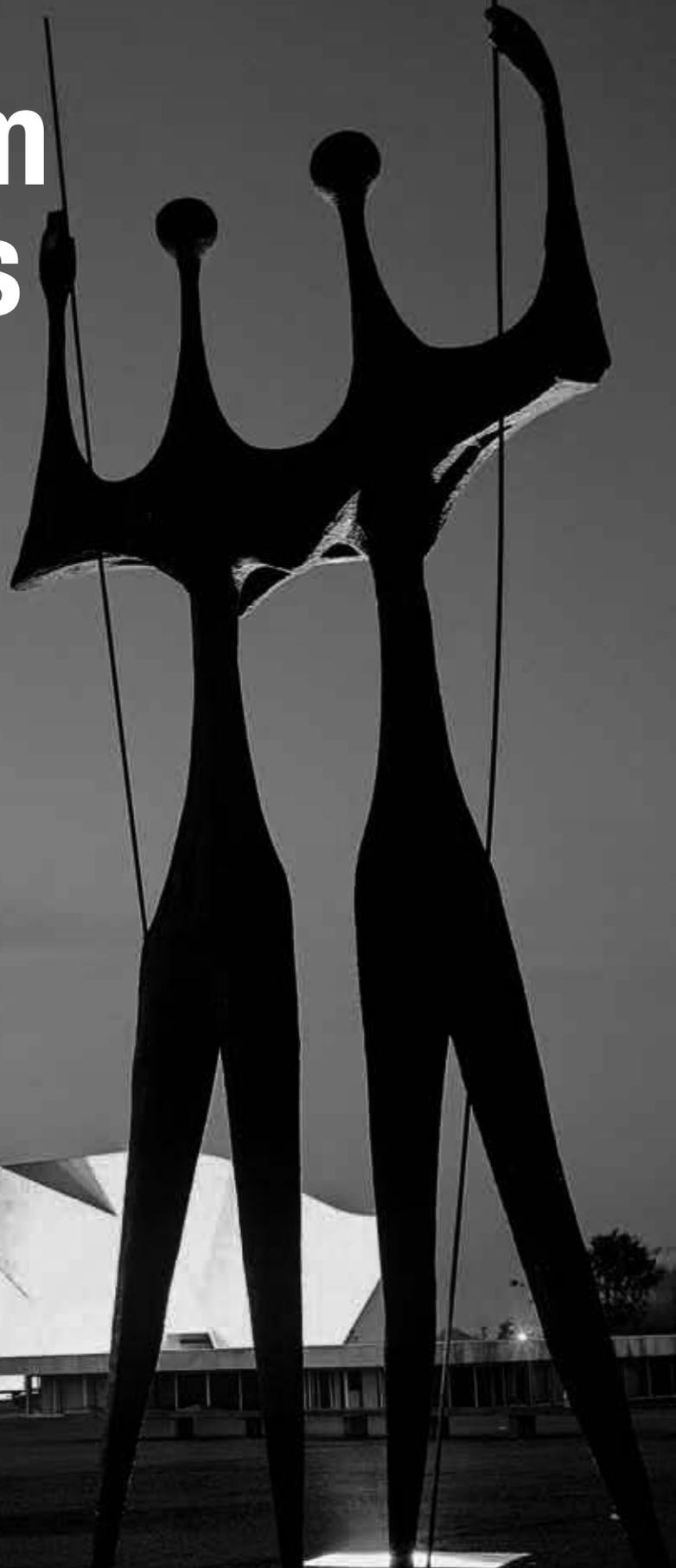
até 2014 e o Minha Casa Minha Vida havia realizado o sonho da casa própria para mais de um milhão de famílias, além de já ter contratado a construção de outras 1,3 milhão de moradias. Neste capítulo são apresentados, ainda, os estímulos ao investimento produtivo e as medidas adotadas para redução de custos e aumento da competitividade, cabendo destacar as mudanças no marco regulatório portuário e os investimentos em aeroportos regionais. Os novos procedimentos para tornar a reforma agrária mais eficiente e os assentamentos mais produtivos também são apresentados, bem como um balanço das ações de prevenção de risco e de enfrentamento da seca no semiárido, a maior nas últimas décadas e cujo combate demandou, até fevereiro, investimentos de R\$ 5,6 bilhões.

No capítulo *Brasil e o Mundo* é apresentado, de forma sintética, um relato da agenda multilateral e bilateral no período, cujos destaques são a I Cúpula Celac–União Européia, a VI Cúpula Brasil–União Europeia e a II Cúpula América do Sul–África. Os principais atos normativos implementados no período são descritos no capítulo *Agenda Normativa*.

Os editores do Destaques agradecem o apoio decisivo dos órgãos do Governo Federal que forneceram as informações contidas nesta publicação. Críticas e sugestões dos leitores são fundamentais para o aperfeiçoamento da publicação e podem ser enviadas para o e-mail destaques.secom@planalto.gov.br.

Boa leitura,
Equipe do Destaques

Brasil em Números

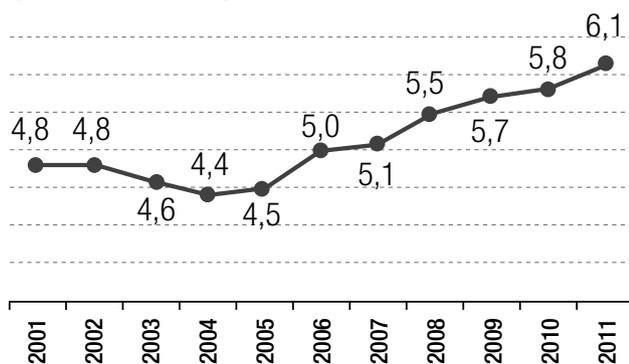


Avanços na educação

Indicadores mostram melhoria do acesso e da qualidade

O investimento total em educação em todos os níveis de ensino, abrangendo a União, os estados e municípios, passou de 4,8% do PIB em 2001 para 6,1% do PIB em 2011.

INVESTIMENTO TOTAL EM EDUCAÇÃO NAS TRÊS ESFERAS DE GOVERNO (EM % DO PIB)



FONTE: INEP/MEC

Esse aumento do investimento público resultou não só na ampliação do acesso a todos os níveis de ensino, mas também na melhoria da qualidade.

CRESCER O ACESSO À EDUCAÇÃO EM TODAS AS FAIXAS ETÁRIAS

Nos últimos anos, o acesso à educação vem crescendo de forma consistente em todos os níveis de ensino. Destaque para a universalização do ensino fundamental (6 a 14 anos), com 98,3%* das crianças nessa faixa etária frequentando a escola em 2011.

Nas faixas de idade correspondentes à creche (até 3 anos), a taxa de frequência à escola praticamente dobrou entre 2001 e 2011, ao passar de 10,6% para 21,3%. Na pré-escola (4 e 5 anos), a taxa de frequência aumentou de 55% para 78,2%.

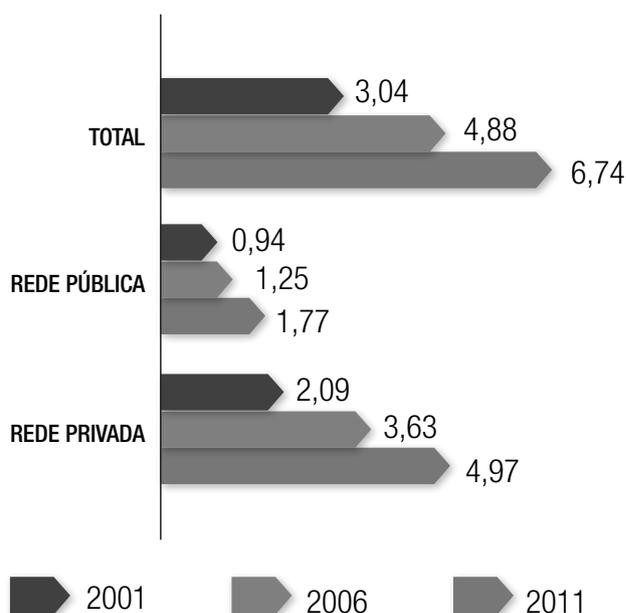
* Dados harmonizados, excluída a população rural da Região Norte, não pesquisada até 2003.

Na faixa de 15 a 17 anos, a taxa de frequência, calculada com base na comparação do número de matrículas no ensino médio com a população de 15 a 17 anos, passou de 81,1% em 2001 para 83,8% em 2011. Na educação superior, comparando o número total de matrículas com a população de 18 a 24 anos, a taxa aumentou de 15,1% para 28,3%.

EM 10 ANOS, O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR CRESCE 122%

Entre 2001 e 2011, o número de matrículas no ensino superior passou de 3,04 milhões para 6,74 milhões. Na rede pública, a expansão foi de 87,7%, passando a 1,77 milhão de matrículas, enquanto na rede privada foi de 137,5%, chegando a 4,97 milhões de matrículas.

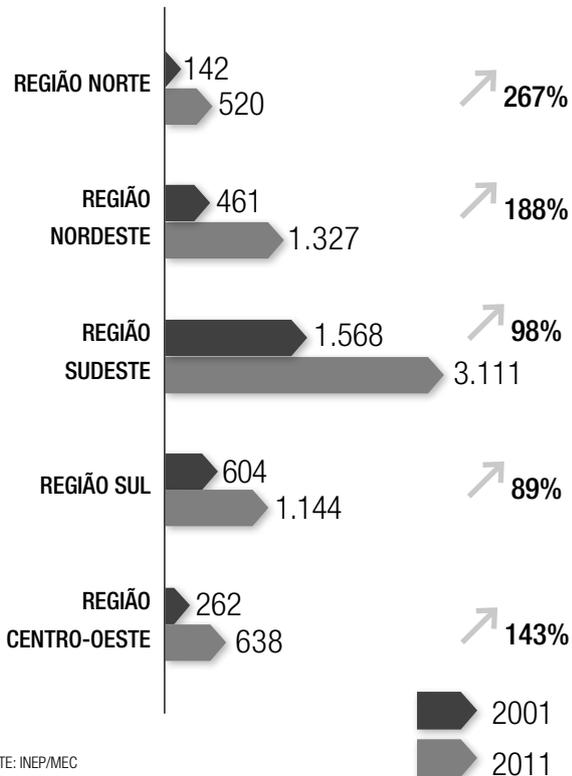
NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO SUPERIOR – REDES PÚBLICA E PRIVADA, 2001, 2006 E 2011 (EM MILHÕES)



FONTE: INEP/MEC

O número de matrículas no ensino superior cresceu em todas as regiões do País. Na região Norte, cresceu 267%, passando de 142 mil em 2001 para 520 mil em 2011. No Nordeste, o crescimento foi de 188%, de 461 mil para 1,33 milhão no período.

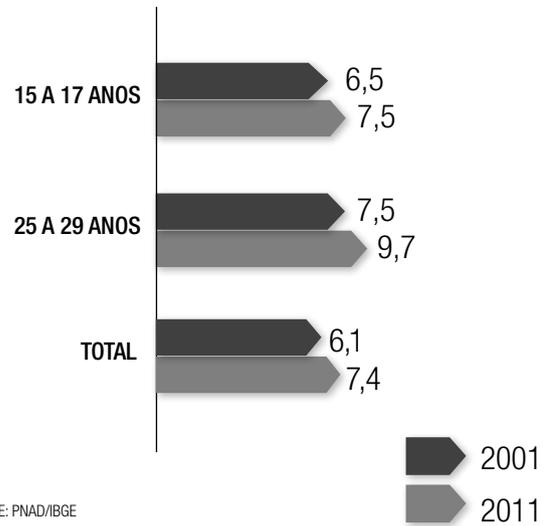
ENSINO SUPERIOR – NÚMERO DE MATRÍCULAS (EM MIL)



AUMENTA A ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO

A escolaridade média da população brasileira aumentou em todas as faixas etárias entre 2001 e 2011. Na faixa de 15 a 17 anos, passou de uma média de 6,5 para 7,5 anos de estudo. Na faixa de 25 a 29 anos, aumentou de 7,5 para 9,7 anos de estudo.

ESCOLARIDADE MÉDIA, EM ANOS DE ESTUDO, ENTRE 2001 E 2011 (FAIXAS ETÁRIAS SELECIONADAS)



Nota: dados harmonizados, excluída a população rural da Região Norte, não pesquisada até 2003.

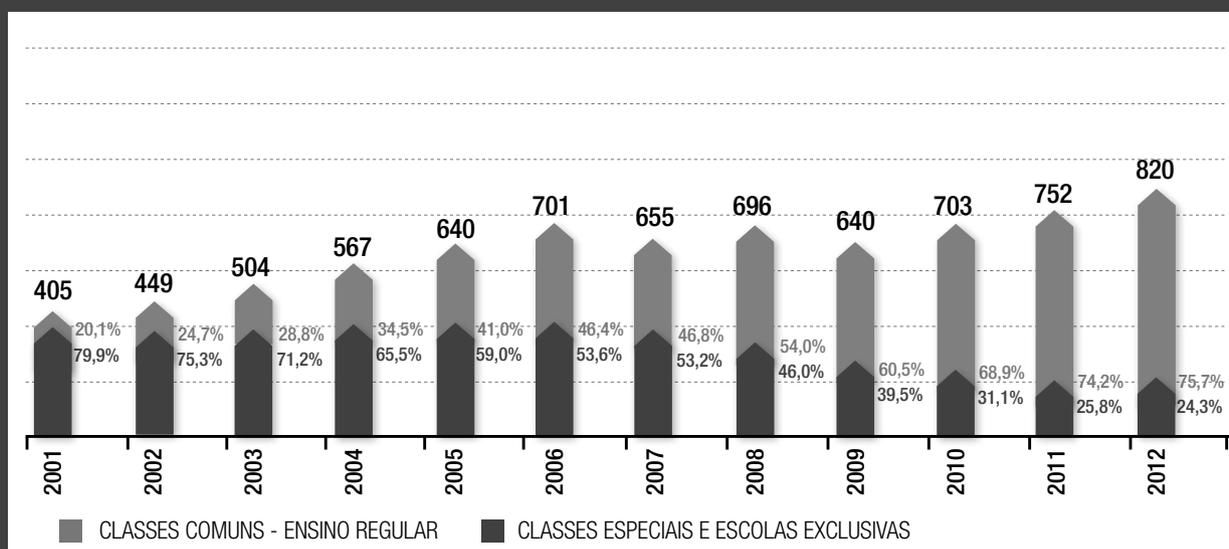


AUMENTA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O número de matrículas de alunos com deficiência aumentou 103% entre 2001 e 2012, passando de 404,7 mil para 820,4 mil. Se consideradas apenas as matrículas de alunos com deficiência em classes comuns de ensino regular, o

número aumentou de 81 mil em 2001 para 621 mil em 2012. A inclusão no ensino regular reduziu a participação de alunos com deficiência em classes especiais e escolas exclusivas, de 79,9% em 2001 para 24,3% em 2012.

Matrículas de alunos com deficiência em classes comuns do ensino regular e em classes especiais (total de alunos matriculados e percentual do total)



Fonte: MEC/Inep

MOKRAISXC

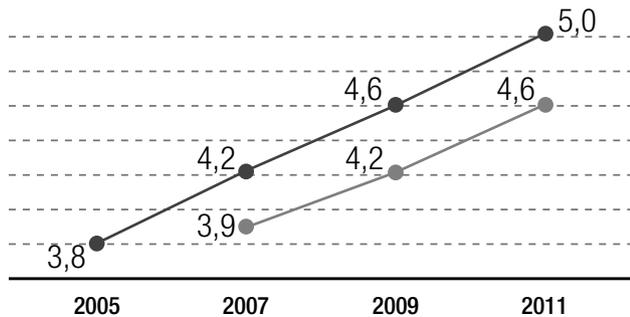


QUALIDADE DO ENSINO TAMBÉM MELHORA

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado para medir a qualidade do ensino no País a partir de dois aspectos: o fluxo (progressão) e o desenvolvimento dos alunos (aprendizado). O indicador é calculado a cada dois anos para os anos iniciais e para os anos finais do ensino fundamental e para o ensino médio com base no desempenho dos estudantes em avaliações e nas taxas de aprovação de cada escola.

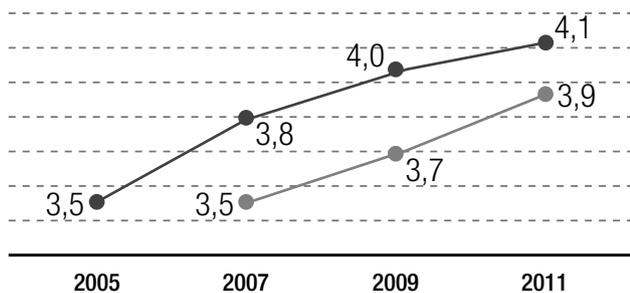
ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

O IDEB passou de 3,8 em 2005 para 5,0 em 2011, superando a meta em todos os anos em que foi aplicado.



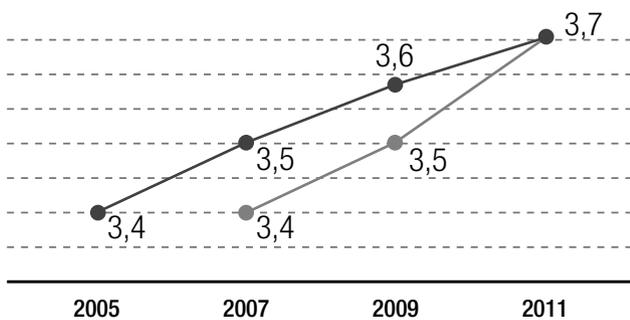
ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Os resultados também superaram a meta em todos os anos, passando de 3,5 em 2005 para 4,1 em 2011.



ENSINO MÉDIO

O IDEB passou de 3,4 em 2005 para 3,7 em 2011. O valor superou as metas estabelecidas para os anos de 2007 e 2009 e foi igual à meta em 2011.



RESULTADO IDEB

META

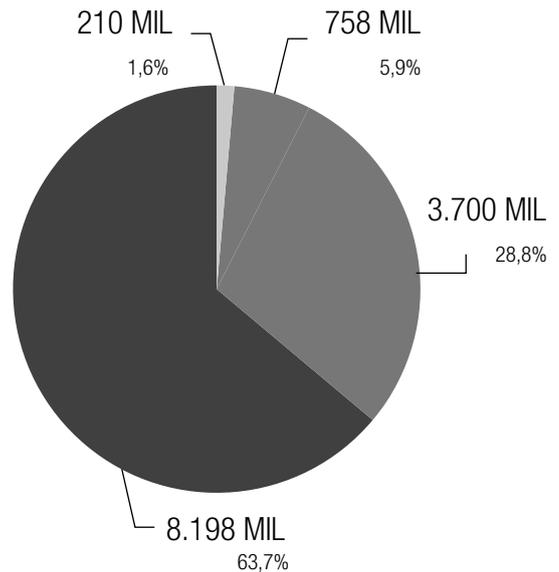
FONTE: INEP/MEC

63,7% DOS ANALFABETOS TÊM MAIS DE 50 ANOS

O analfabetismo vem se reduzindo no Brasil em todas as faixas etárias.

O número de analfabetos com 15 anos ou mais caiu de mais de 15 milhões de pessoas em 2001 para 12,9 milhões em 2011. A faixa etária de 50 anos ou mais concentra, em 2011, 63,7% dos analfabetos; a faixa de 15 a 19 anos representa 1,6%; e a faixa de 20 a 29 anos, 5,9% dos analfabetos.

NÚMERO E PERCENTUAL DE ANALFABETOS COM 15 ANOS OU MAIS EM 2011



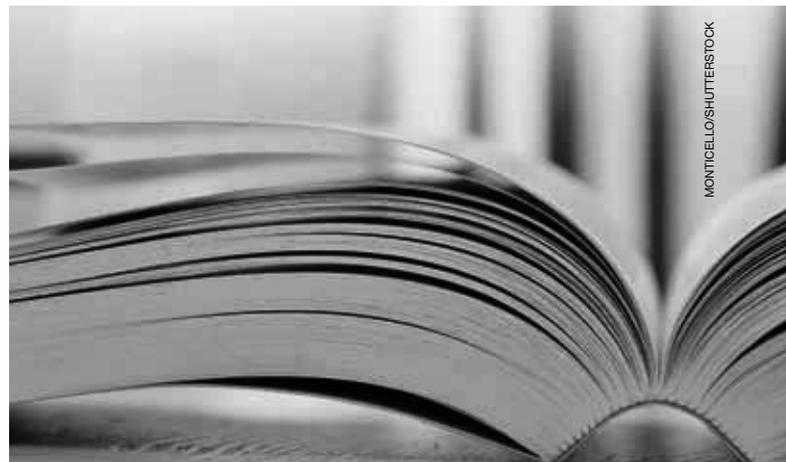
15 A 19 ANOS

20 A 29 ANOS

30 A 49 ANOS

50 ANOS OU MAIS

FONTE: IBGE/ PNAD



Balanço de 2012 e perspectivas para 2013

Juros baixos, compromisso com meta inflacionária e solidez fiscal são bases para maior crescimento em 2013

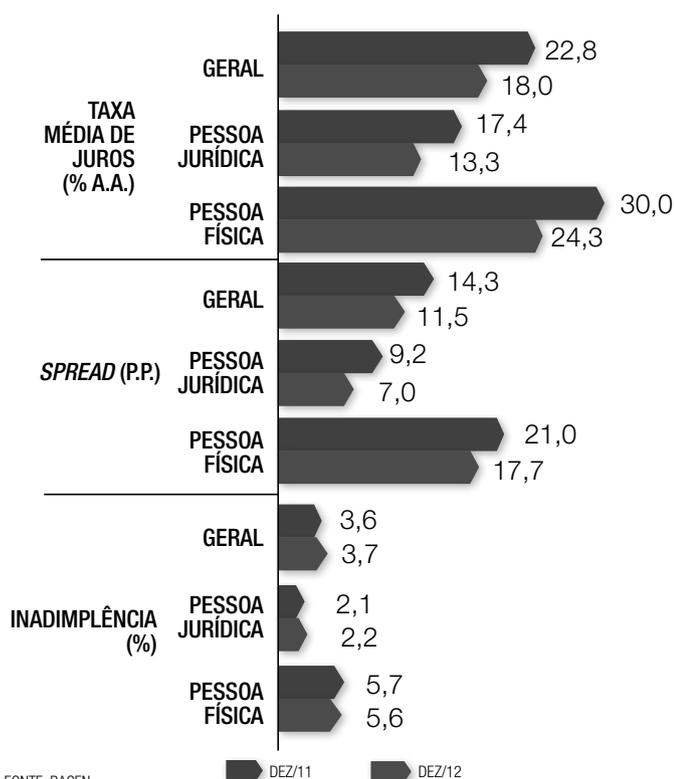
TAXAS DE JUROS

A taxa básica de juros, a Selic, permanece em 7,25%, patamar alcançado em agosto de 2012 e o mais baixo da história. A manutenção dos juros em baixo patamar, além de favorecer o resultado fiscal, desonera o investimento produtivo e diminui a pressão sobre a taxa de câmbio.

A taxa média geral de juros das operações de crédito apresentou queda de 4,8 pontos percentuais (p.p.) no ano de 2012. A taxa média para pessoas jurídicas caiu 4,1 p.p., e taxa para pessoas físicas, 5,7 p.p.

Destaque para as reduções nas taxas do cheque especial para pessoas físicas (31,6 p.p.), do crédito pessoal (5,5 p.p.) e no *spread* bancário médio geral (2,8 p.p.) no ano.

JUROS, SPREAD E INADIMPLÊNCIA



FONTE: BACEN

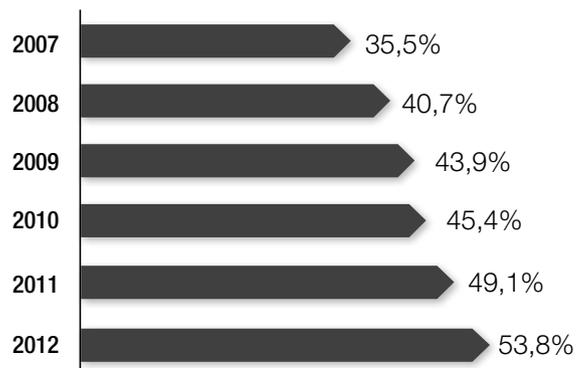
CRÉDITO

Em 2012, o volume total de crédito do sistema financeiro acumulou expansão de 16,4%, alcançando R\$ 2,37 trilhões. Com isso, a relação crédito/PIB cresceu de 49,1% em 2011 para 53,8% em 2012.

Os empréstimos com recursos livres chegaram a R\$ 1,4 trilhão, uma expansão de 13,6% em relação a 2011, enquanto o crédito direcionado somou R\$ 969,2 bilhões, expansão de 20,9%.

Em fevereiro de 2013, o volume total de crédito alcançou R\$ 2,38 trilhões, o que corresponde a um crescimento de 0,6% no primeiro bimestre do ano.

EVOLUÇÃO DA RELAÇÃO CRÉDITO/PIB



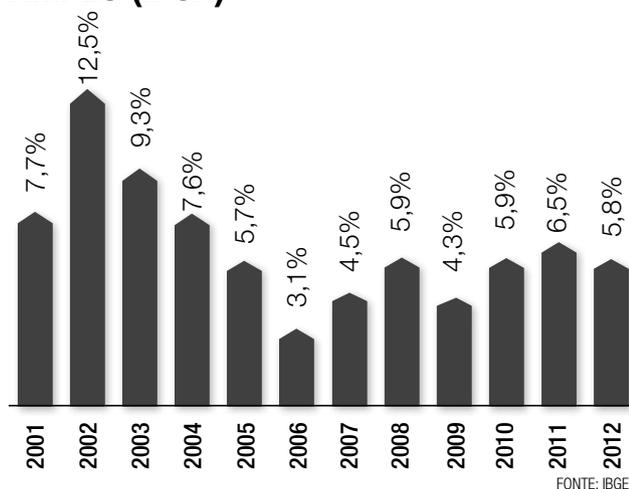
FONTE: BACEN

PREÇOS

Pelo oitavo ano consecutivo o IPCA ficou dentro do limite da meta estabelecida pelo Banco Central, encerrando o ano de 2012 em 5,84%.

No primeiro bimestre de 2013 o índice acumula alta de 1,47%. Essa variação é explicada principalmente pelo comportamento dos preços do grupo "alimentação e bebidas", que responderam por 0,83 p.p. do índice acumulado no período.

ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO (IPCA)

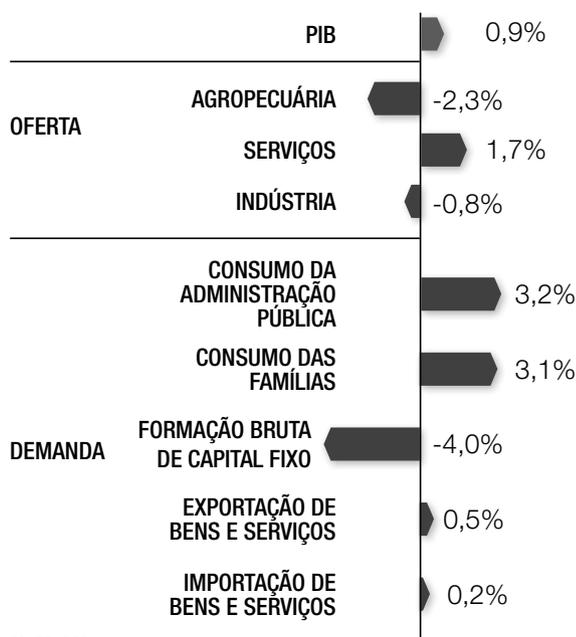


ATIVIDADE ECONÔMICA

Em 2012 o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 0,9%. Pelo lado da oferta, os Serviços cresceram 1,7%, enquanto a Indústria (-0,8%) e a Agropecuária (-2,3%) registraram queda.

Na análise da demanda, o Consumo das Famílias cresceu 3,1% – nono ano consecutivo de expansão – e o Consumo da Administração Pública cresceu 3,2%. Já a Formação Bruta de Capital Fixo apresentou queda de 4,0% em 2012, após crescimento de 4,7% em 2011.

CRESCIMENTO DO PIB E DE SEUS COMPONENTES EM 2012 (%)



Já em janeiro de 2013 a produção industrial subiu 2,5% em relação a dezembro de 2012 na série com ajuste sazonal, com crescimento em todas as categorias de uso. Destaque para o crescimento de Bens de Capital (8,2%) e Bens de Consumo Duráveis (2,5%).

No setor agrícola, a segunda estimativa do IBGE para a safra de cereais, leguminosas e oleaginosas em 2013 é de R\$ 183,4 milhões de toneladas, 13,2% superior à safra recorde de 2012.

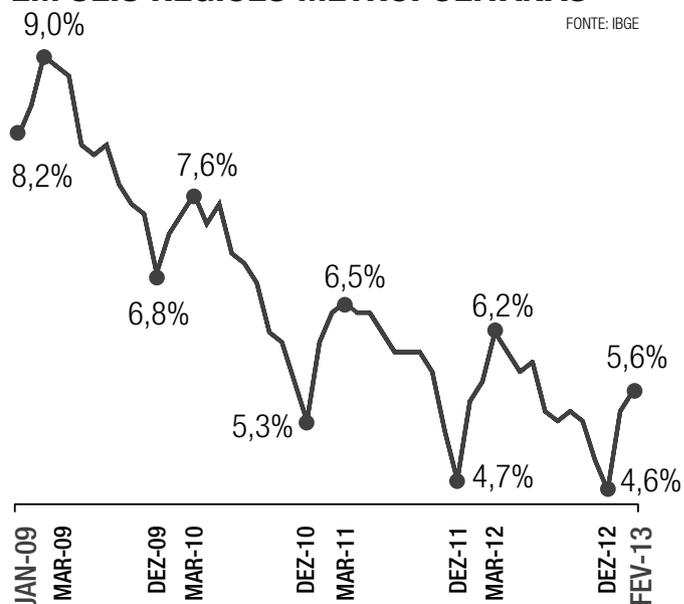
EMPREGO

Em dezembro de 2012, a taxa de desemprego metropolitano ficou em 4,6%, a menor da série histórica mensal iniciada em 2002. No ano de 2012, a taxa média de desemprego metropolitano ficou em 5,5%.

Foram gerados 1,3 milhão de empregos em 2012, um crescimento de 3,47% em relação ao estoque registrado em dezembro de 2011. Houve expansão em todos os estados da federação e nos oito grandes setores econômicos, com destaque para Construção Civil (5,09%), Comércio (4,52%) e Serviços (4,36%).

No primeiro bimestre de 2013, foram gerados 170,6 mil empregos, crescimento de 0,43% em relação ao estoque de dezembro de 2012. A taxa de desemprego metropolitano em fevereiro foi de 5,6%.

EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO EM SEIS REGIÕES METROPOLITANAS

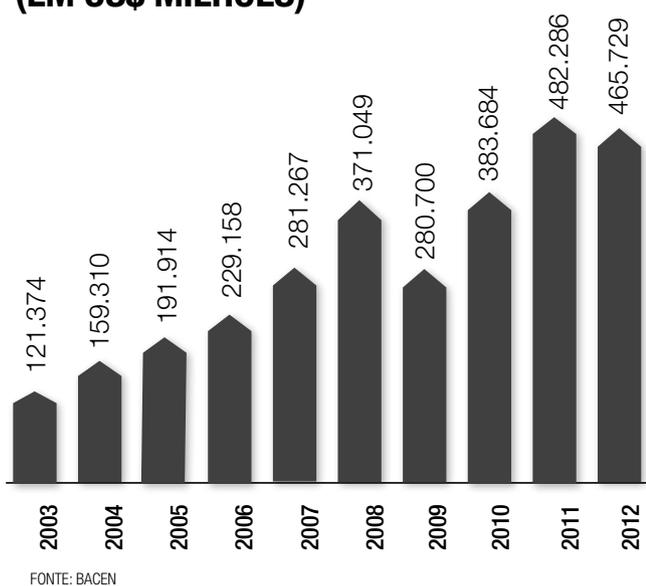


Nota: as seis regiões metropolitanas pesquisadas são Belo Horizonte, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Recife, Salvador e São Paulo

SETOR EXTERNO

Em 2012, as exportações acumularam US\$ 242,6 bilhões, enquanto as importações chegaram a US\$ 223,1 bilhões. Somadas, perfizeram um total de US\$ 465,7 bilhões, o segundo maior fluxo de comércio da história, inferior apenas ao montante recorde registrado em 2011.

EVOLUÇÃO DA CORRENTE DE COMÉRCIO: EXPORTAÇÕES + IMPORTAÇÕES (EM US\$ MILHÕES)



Os investimentos estrangeiros diretos também registraram em 2012 o segundo maior volume histórico, de US\$ 65,3 bilhões, inferior apenas aos US\$ 66,7 bilhões alcançados em 2011.

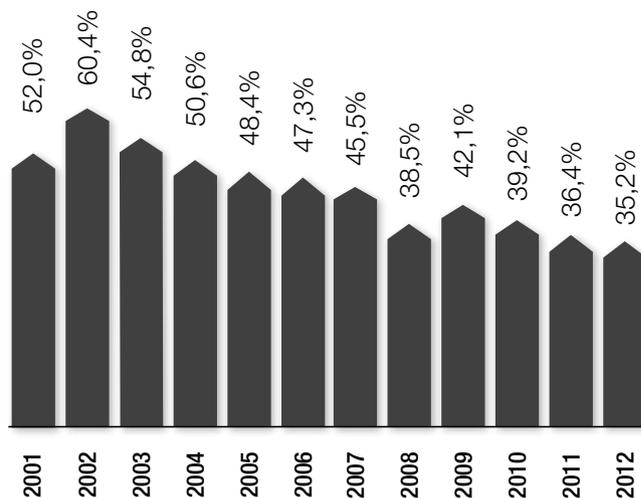
No primeiro bimestre de 2013, as exportações somaram US\$ 31,5 bilhões, e as importações, US\$ 36,8 bilhões, montante recorde para o período. O movimento de capitais registrou a entrada líquida de US\$ 4,7 bilhões de investimentos em carteira, de US\$ 9,7 bilhões de outros investimentos e de US\$ 7,5 bilhões de investimentos estrangeiros diretos.

RESULTADO FISCAL

Em 2012 o setor público consolidado (Governo Federal, estados, prefeituras e empresas estatais) acumulou um superávit primário de R\$ 105 bilhões, equivalentes a 2,38% do PIB.

A dívida líquida do setor público encerrou o ano de 2012 em R\$ 1,55 trilhão, correspondentes a 35,2% do PIB.

DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (% DO PIB)



O ano de 2013 começou com um superávit primário recorde, de R\$ 30,3 bilhões em janeiro, o maior já registrado na série histórica iniciada em dezembro de 2001. Esse resultado permitiu alcançar, já no primeiro mês, cerca de 20% da meta anual do setor público consolidado.

Foi também o terceiro melhor superávit nominal (após o pagamento dos juros), de R\$ 7,6 bilhões. O resultado foi favorecido pelo recorde também histórico de R\$ 116 bilhões na arrecadação de impostos e contribuições federais.

DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL

O Governo vem melhorando sensivelmente o perfil da dívida pública federal a partir da substituição de títulos, combinando alongamento dos prazos, redução das taxas praticadas e do risco de mercado da dívida, ampliando a participação de títulos prefixados.

Como resultado, os títulos públicos prefixados e remunerados por índices de preços, que correspondiam conjuntamente a 65,5% da dívida pública federal ao final de 2011, passaram a representar 73,9% em 2012. Já o prazo médio da dívida, de 3,6 anos em dezembro de 2011, foi elevado para 4,0 anos em 2012.

Um bom exemplo da estratégia adotada foi a emissão, em setembro de 2012, de R\$ 1,35 bilhão do novo título em dólares, o Global BRL 2023, à taxa de 2,7% ao ano.



Brasil Sem Miséria

Com o apoio de programas federais, mais de 22 milhões de brasileiros superaram a extrema pobreza

GARANTIA DE RENDA

Benefício complementar tira da miséria todos os beneficiários do Bolsa Família

A partir de março, todos os brasileiros que recebem o Bolsa Família, mas continuavam vivendo em situação de extrema pobreza, passaram a receber um benefício complementar que lhes garante renda superior a R\$ 70 mensais por pessoa, independentemente da composição familiar.

Com essa medida, foram beneficiadas 2,5 milhões de pessoas. Em decorrência, todos os beneficiários do Bolsa Família saíram da extrema pobreza.

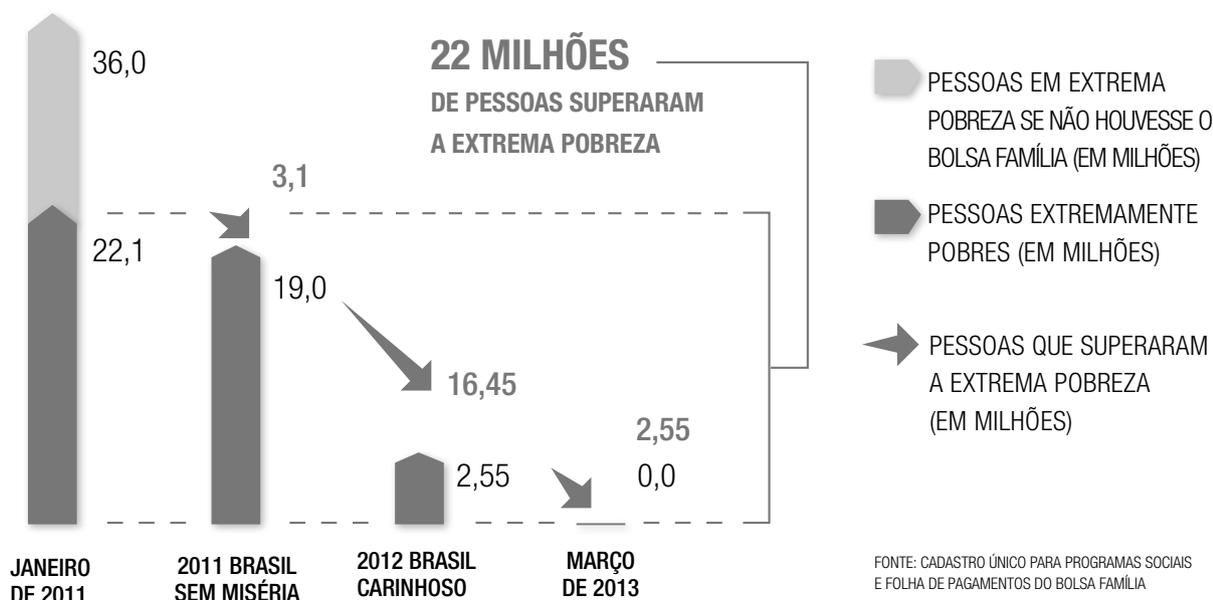
Em 2011, com medidas adotadas pelo Brasil Sem Miséria – como o reajuste no valor dos benefícios, a inclusão de novos benefícios para gestantes e nutrízes e a ampliação do limite para recebimento do benefício

variável de 3 para 5 filhos –, 3,1 milhões de brasileiros deixaram a extrema pobreza.

Em 2012, com o Brasil Carinhoso, que garantiu a todas as famílias com crianças de 0 a 15 anos renda superior a R\$ 70 mensais por pessoa, outros 16,45 milhões de brasileiros saíram da extrema pobreza.

Com esta complementação de renda para famílias beneficiárias do Bolsa Família que tinham renda inferior a R\$ 70 *per capita*, a partir de março, mais de 22 milhões de brasileiros terão superado a extrema pobreza, desde 2011. Eles se somarão aos 14 milhões de brasileiros que já haviam deixado essa condição, totalizando 36 milhões de pessoas que deixaram a pobreza graças ao Bolsa Família e ao Brasil Sem Miséria.

EVOLUÇÃO DA EXTREMA POBREZA ENTRE BENEFICIÁRIOS DO BOLSA FAMÍLIA



BUSCA ATIVA

A estratégia da Busca Ativa já permitiu, desde o início do Brasil Sem Miséria, cadastrar e incluir no Bolsa Família 800 mil famílias extremamente pobres.

Para chegar a todas as pessoas que vivem na extrema pobreza, é preciso buscar as famílias que ainda estão fora da rede de proteção social e incluí-las no Cadastro Único, permitindo

que tenham acesso aos programas sociais do Governo Federal que utilizam essa ferramenta para a seleção de seus beneficiários.

Para dar suporte a todos os brasileiros que ainda estão em situação de extrema pobreza, estima-se que seja necessário encontrar e cadastrar mais 700 mil famílias. Essa é a meta da Busca Ativa até 2014.

PESSOAS QUE SAÍRAM DA EXTREMA POBREZA, POR ESTADO



BRASIL CARINHOSO

Em janeiro, foram beneficiadas 16,45 milhões de pessoas com repasses de R\$ 307,3 milhões. Desse total, 2,8 milhões eram crianças de 0 a 6 anos de idade. Mais da metade dos beneficiados (59,2%) estava na região Nordeste.

- **Gestantes e nutrizes de baixa renda:** em janeiro de 2013, foram pagos recursos adicionais a 182,3 mil gestantes que realizaram pré-natal de forma adequada e a 181,6 mil nutrizes, assegurando melhores condições de alimentação e saúde às mães e aos recém-nascidos.
- **Recurso adicional para creches que atendem crianças do Bolsa Família:** em 2012, foram repassados R\$ 210,9 milhões a 2.744 municípios, atendendo 386,1 mil crianças matriculadas em 22,8 mil creches.
- **Suplementação de sulfato ferroso:** em 2012, foram disponibilizadas 2,6 milhões de doses, o suficiente para atender 880 mil crianças de 6 a 24 meses. Em relação a 2011, a ampliação é de 25%.
- **Suplementação de vitamina A:** 4,1 milhões de megadoses para crianças de até 5 anos incompletos, um aumento de 25,9% na comparação com 2011.

INCLUSÃO PRODUTIVA URBANA

- **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec):** até 8 de março de 2013, 316,3 mil pessoas de baixa renda estavam matriculadas em 400 cursos técnicos e de educação profissional.
- **Microempreendedor Individual (MEI):** até fevereiro de 2013, 616,3 mil inscritos no Cadastro Único se formalizaram como microempreendedores Individuais. Destes, 290,8 mil eram beneficiários do Bolsa Família.
- **Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – Crescer:** desde o início do programa, em setembro de 2011, até fevereiro de 2013, foram realizadas 1,6 milhão de operações de crédito para inscritos no Cadastro Único. Desses, 1,1 milhão eram beneficiários do Bolsa Família.

INCLUSÃO PRODUTIVA RURAL

- **Água para Todos:** até fevereiro de 2013, foram entregues 268 mil cisternas a famílias do semiárido, inscritas no Cadastro Único.
- **Luz para Todos:** desde janeiro de 2011, foram realizadas 141,3 mil ligações, que beneficiaram famílias que recebem o Bolsa Família.
- **Fomento:** 25 mil agricultores familiares de baixa renda beneficiados. Destes, 1,8 mil já receberam duas parcelas, totalizando R\$ 1.700. Os demais receberam a primeira parcela, no valor de R\$ 1.000. Os recursos são utilizados para estruturar projetos produtivos elaborados e acompanhados por agentes de Assistência Técnica.
- **Bolsa Verde:** até dezembro de 2012, o benefício foi pago a 34,2 mil famílias que vivem ou trabalham em florestas nacionais, reservas federais extrativistas ou de desenvolvimento sustentável e assentamentos ambientalmente sustentáveis.

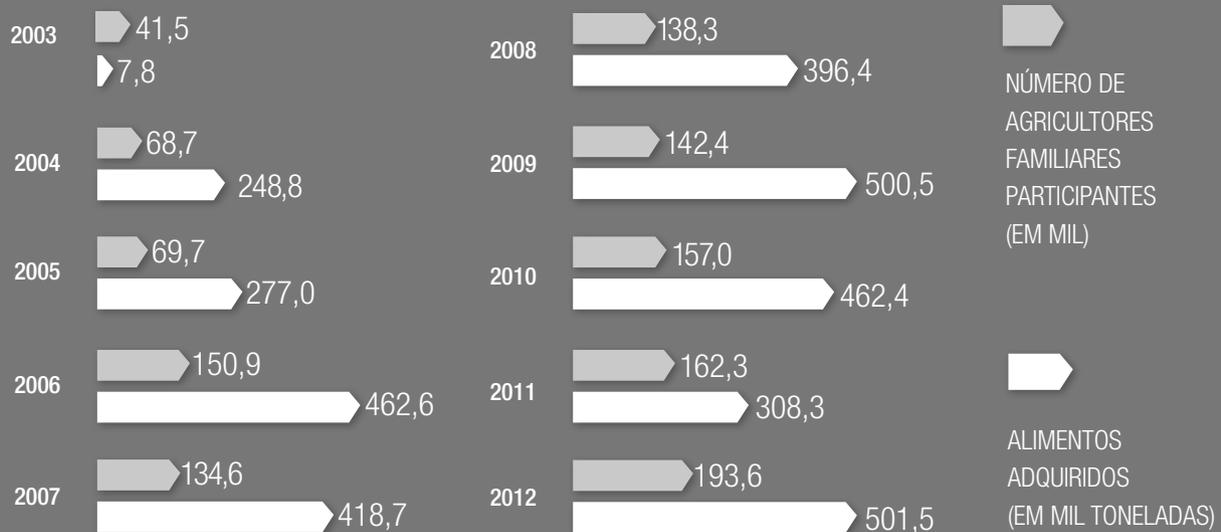
PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA

Desde sua criação, em 2003, foram adquiridas diretamente dos agricultores familiares 3.584 mil toneladas de alimentos. Somente em 2012 foram 501,5 mil toneladas, adquiridas de 193,6 mil agricultores familiares.

Em fevereiro de 2013, foi criada a Modalidade de Compra Institucional, ampliando as oportunidades de mercado para os agricultores familiares. Essa nova modalidade permite que os órgãos da administração pública direta e indireta adquiram do agricultor familiar alimentos para atender às demandas regulares de seus programas, como restaurantes, presídios e hospitais.

A aquisição dispensa licitação, mas é necessária a realização de uma chamada pública. Além de agricultores familiares, podem participar assentados da reforma agrária, silvicultores, extrativistas, comunidades indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais.

AGRICULTORES BENEFICIADOS PELO PAA



ACESSO A SERVIÇOS

- **Mais Educação:** das 32 mil escolas de ensino fundamental que aderiram ao programa, mais da metade (18,7 mil escolas) possui 50% ou mais de alunos beneficiários do Bolsa Família.
- **Benefício de Prestação Continuada (BPC) na escola:** desde setembro de 2011, 2.435 municípios formalizaram adesão ao Programa, para garantir inserção de crianças e adolescentes do BPC na rede regular de ensino.

REDE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- **Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS):** 2.025 unidades em funcionamento em 1.878 municípios, em todos os estados e no Distrito Federal.
- **Centros de Referência de Assistência Social (CRAS):** 7.336 unidades implantadas em 5.434 municípios, com capacidade para atender 4,4 milhões de famílias.
- **Equipes Volantes:** 1.125 equipes, atuando em 967 municípios, em 24 estados. São equipes adicionais aos CRAS e atuam na busca ativa nos municípios com grande extensão territorial e com concentração de famílias em situação de extrema pobreza

vivendo em contextos isolados.

- **Centros de População de Rua:** 92 centros implantados, com capacidade para atendimento de 14,5 mil pessoas.

FREQUÊNCIA ESCOLAR DOS BENEFICIÁRIOS DO BOLSA FAMÍLIA É MAIOR QUE A EXIGIDA

No bimestre de outubro e novembro de 2012, 15,7 milhões de estudantes beneficiários do Bolsa Família tiveram acompanhamento de frequência escolar. Destes, 95,5% superaram o percentual mínimo exigido, que é de 85% para os alunos com idade entre 6 a 15 anos e 75% de frequência para os estudantes entre 16 e 17 anos.

Em 2012, o acompanhamento da frequência escolar de beneficiários do Bolsa Família alcançou, em média, 15,4 milhões de estudantes por bimestre, o que representa uma cobertura de 87,2% dos alunos entre 6 e 17 anos beneficiários do programa.

Programa de Aceleração do Crescimento avança

Obras concluídas garantem melhor infraestrutura de transportes e mobilidade, maior capacidade de geração de energia elétrica, acesso à água e saneamento básico

As obras do PAC2 seguem em ritmo acelerado. Em dois anos, foram investidos R\$ 472,4 bilhões, 47,8% do total previsto até 2014, que é de R\$ 989 bilhões. Somente no trimestre de outubro a dezembro de 2012, foram executados R\$ 268 bilhões, 31% a mais em relação ao mesmo período de 2011.

OBRAS CONCLUÍDAS

As obras concluídas representam investimento de R\$ 328,2 bilhões, o que equivale a 46,4% do previsto para ser finalizado até 2014. Os principais destaques são:

Rodovias: 1.479 km de estrada foram construídos, pavimentados, restaurados ou duplicados em dois anos, dos quais 359 km foram concluídos no último trimestre de 2012.

- Na BR-359/MS, foram concluídos os últimos 84 km dos 224 km de estrada. O trecho total vai do cruzamento da BR-359 com a BR-163 até a divisa com Goiás, passando por Alcinópolis (MS).

Portos: com o final das obras de derrocagem das pedras Teffé e Itapema, no Porto de Santos (SP), chega-se a 15 empreendimentos concluídos em portos no PAC2.

Aeroportos: mais dois empreendimentos foram entregues no último trimestre de 2012, e um em janeiro de 2013, alcançando 19 empreendimentos concluídos.

- No aeroporto de Curitiba (PR), foi concluída a ampliação do Terminal de Cargas. Em Brasília, foi finalizada a reforma do corpo central do aeroporto que estava sob responsabilidade da Infraero. Em Guarulhos (SP), foi concluída a terraplanagem para a construção do Terminal de Passageiros 3.



PERFECT GUI / SHUTTERSTOCK

DESDE 2011, A CAPACIDADE DOS AEROPORTOS BRASILEIROS FOI AUMENTADA EM CERCA DE 14 MILHÕES DE PASSAGEIROS POR ANO

Estradas vicinais: 1.379 retroescavadeiras já foram entregues pelo PAC, em duas seleções. A primeira foi concluída em 2012, com a entrega de 1.275 máquinas. Em janeiro de 2013, mais 104 retroescavadeiras foram disponibilizadas aos municípios do Piauí, marcando o início das entregas da segunda seleção.

Geração de energia elétrica: entre outubro e dezembro de 2012, mais 2.558 MW foram acrescentados ao sistema elétrico nacional, cuja capacidade foi ampliada em 6.802 MW desde o início de 2011. Ao todo, sete usinas hidroelétricas entraram em operação, além de várias usinas eólicas e termoelétricas.

- A oitava e última turbina da Usina Hidroelétrica de Estreito começou a operar em novembro de 2012, totalizando uma capacidade instalada de 1.087 MW.

Transmissão de energia elétrica: 1.262 km de linhas de transmissão e nove subestações foram concluídas entre outubro e dezembro de 2012. Apenas no PAC2, já são 4.570 km de novas linhas de transmissão e 22 novas subestações concluídas.

- A interligação Norte-Centro-Oeste III, que liga Rio Branco (AC) a Porto Velho (RO), possui 487 km de extensão e foi concluída em dezembro de 2012.

Luz para Todos: mais 30 mil ligações foram realizadas pelo programa no último trimestre de 2012, alcançando 368 mil ligações desde o início de 2011. A meta é chegar a 716 mil ligações até 2014.

- Desde a criação do programa Luz para Todos em 2003, cerca de 14,7 milhões de pessoas já foram beneficiadas.

Exploração e produção de petróleo e gás: três empreendimentos foram concluídos entre outubro e dezembro de 2012. Já são 20 projetos concluídos desde 2011, entre plataformas de petróleo e campos para perfuração.

- A Plataforma FPSO Cidade de São Paulo entrou em operação em janeiro de 2013, com potencial de produção de 120 mil barris por dia de óleo e 5 milhões de m³ por dia de gás natural, o equivalente a 6% da produção nacional. Essa é a segunda unidade dedicada para a produção do pré-sal da Bacia de Santos e a primeira plataforma para produção nessas condições que foi parcialmente construída no País.

Saneamento: mais 76 obras foram concluídas no último trimestre de 2012. Ao todo, já são 541 empreendimentos que proporcionam estrutura de esgotamento sanitário aos brasileiros.

- Desde 2011, foram concluídos empreendimentos em 496 municípios, como, por exemplo, Corumbá (MS), Santa Luzia (MG) e Pedreira (SP).

Prevenção em áreas de riscos: mais oito obras de drenagem foram concluídas, chegando a 40 desde o início de 2011. Essas obras impedem a ocorrência de deslizamentos e inundações durante períodos de chuva.

- Em Contagem (MG), foram concluídas as obras de drenagem e saneamento dos córregos do bairro de Nova Contagem.

Mobilidade urbana: além das obras da Linha Oeste do Metrô de Fortaleza, concluídas em abril de 2012, foram finalizadas também, em dezembro de 2012, as obras do Trem Urbano de Salvador, no trecho Calçada a Paripe.

Urbanização de assentamentos precários: 202 projetos foram concluídos entre outubro e dezembro de 2012, chegando a 1.028 empreendimentos finalizados.

Recursos hídricos: desde o início de 2011, mais 187 localidades tiveram o acesso à água reforçado por meio de sistemas de abastecimento de água. Duas novas obras de infraestrutura hídrica foram concluídas entre outubro e dezembro de 2012, elevando para 21 o número total de empreendimentos concluídos desde 2011.

- A conclusão da Adutora do Algodão, em setembro de 2012, com seus 265 km de canais, possibilitou melhores condições de abastecimento de água para mais de 220 mil pessoas no estado da Bahia.

Água em áreas urbanas: 45 obras para garantir o abastecimento de água em áreas urbanas foram concluídas no último trimestre de 2012. No PAC2, já foram 447 obras finalizadas.

- Em Londrina (PR), foram finalizadas as operacionalizações dos poços do Aquífero Guarani e da Estação de Tratamento de Água Guarani.

EXECUÇÃO DAS OBRAS EM TODO O PAÍS

Transporte

Rodovias: 8.000 km de obras em todas as regiões, incluindo duplicação, adequação, construção e pavimentação.

- Na BR-163/PA/MT, está em construção corredor vertical de 978 km na região amazônica, integrando Pará e Mato Grosso. As obras já estão 62% concluídas.
- A construção de 22 km da BR-448/RS entre Porto Alegre e região metropolitana oferecerá alternativa de ligação da capital gaúcha a outras importantes cidades. Hoje, essa ligação é feita apenas pela bastante movimentada BR-116. As obras já estão 68% finalizadas.
- Em Minas Gerais, estão sendo duplicados 79 km da BR-365, que fortalecerão a dinâmica viária no Triângulo Mineiro. As obras já estão 95% prontas.

Ferrovias: 2.672 km em construção.

- As obras no trecho sul da Ferrovia Norte-Sul continuam em bom ritmo. De Palmas (TO) a Uruaçu (GO), já estão 89% concluídas. De Uruaçu a Anápolis (GO), têm 87% de execução finalizada. E de Anápolis a Estrela D'Oeste (SP), 28% já estão realizados.
- A Ferrovia Nova Transnordestina, que integrará Ceará, Pernambuco e Piauí, também segue em obras, com 38% já concluídas.
- A extensão da Ferronorte, com 260 km do Alto do Araguaia a Rondonópolis, no Mato Grosso, já possui 95% de execução e contribuirá para o escoamento da produção de grãos, especialmente soja, sobretudo para exportação.

Portos: a fase 2 do Porto Sem Papel já funciona plenamente em 81% dos 32 portos previstos, com destaque para Suape (PE), Itaguaí (RJ), Itajaí (SC), Paranaguá (PR) e Rio Grande (RJ). Várias obras também foram iniciadas.

- Em Fortaleza (CE), Natal (RN), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e Santos, as obras dos Terminais Marítimos de Passageiros e do cais estão em andamento.
- Nos Portos de Vitória (ES) e de Itaqui (RS), seguem as obras de dragagem de aprofundamento e de construção do Berço 108, respectivamente.

Aeroportos: 21 empreendimentos estão em andamento em 14 aeroportos brasileiros.

- Pistas e pátios do Aeroporto do Galeão, na cidade do Rio de Janeiro, já estão 57% concluídos.
- Nos aeroportos de Manaus (AM) e Foz do Iguaçu (PR), as obras dos respectivos terminais de passageiros têm 48% e 51% de execução. Em Belo Horizonte (MG), o terminal está 20% realizado.

Energia

Geração de energia elétrica: estão em andamento obras em dez usinas hidroelétricas, 14 termoelétricas, 95 eólicas e seis pequenas centrais hidroelétricas. Quando concluídas, estas usinas aumentarão a capacidade instalada de geração de energia do sistema elétrico nacional em 24.803 MW.

- A Usina Hidroelétrica de Jirau terá capacidade de geração de 3.750 MW de energia elétrica e está com 84% das obras concluídas.

- A Usina Hidroelétrica de Belo Monte terá capacidade de geração de 11.233 MW e está com 21% das obras executadas.

Transmissão de energia elétrica: são 27 linhas com obras em andamento, chegando a 10.346 km de linhas de transmissão.

- A Interligação Tucuruí-Macapá-Manaus tem 1.798 km de extensão e já está 92% concluída.

Exploração e produção de petróleo e gás: feita a perfuração de 304 poços exploratórios. Em 23 campos de petróleo e gás, foi iniciada a produção.

- Cinco grandes plataformas já iniciaram as operações: FPSO Itajaí, FPSO São Paulo e FPSO Anchieta, na P-56 e na Plataforma de Mexilhão.

Refino, petroquímica e fertilizantes: avanços nas obras das grandes refinarias e nas fábricas de fertilizantes nitrogenados.

- As obras da COMPERJ, no Rio de Janeiro, estão 47% concluídas. As da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, estão 35% realizadas.
- A Unidade de Fertilizantes Nitrogenados III, em Três Lagoas (MS), já está com 35% das obras realizadas.

Infraestrutura social

Creches e pré-escolas: 3.014 contratadas, das quais 1.290 estão em obras e 29 foram concluídas.

Quadras escolares: 4.294 contratadas, das quais 824 estão em obras e 92 foram concluídas.

Centros de Artes e Esportes Unificados (CEU): 360 contratados, dos quais 176 estão em obras e dois estão concluídos.

Unidades de Pronto Atendimento (UPA): 273 contratadas, das quais 33 estão em obras e sete foram concluídas.

Unidades Básicas de Saúde (UBS): 7.557 contratadas, das quais 1.700 estão em obras e 62 estão concluídas.

Saneamento

Entre outubro e dezembro de 2012, 332 obras foram iniciadas. Ao todo, são 3.085 em andamento, com 59% de execução média. Quando concluídos, os empreendimentos beneficiarão cerca de 8,7 milhões de famílias.

- Em Guarulhos, a ampliação dos Sistemas de

Esgotamento Sanitário São João e Bonsucesso e a construção da Estação de Tratamento de Esgoto São João estão 96% concluídas.

Assentamentos precários

Entre outubro e dezembro de 2012, 45 obras de urbanização de assentamentos precários foram iniciadas. Ao todo, são 1.242 obras em andamento, com 54% de execução média. Quando concluídos, esses empreendimentos beneficiarão 1,4 milhão de famílias.

- No Jardim Vicentina, em Osasco (SP), as obras de urbanização integrada estão 97% concluídas.
- A urbanização integrada da Via Mangue, em Recife, já está com 42% realizado. No Rio Anil, em São Luiz (MA), estão 64% executadas.

Abastecimento de água

Entre outubro e dezembro de 2012, 174 obras que garantem o abastecimento de água em áreas urbanas foram iniciadas. Ao todo, são 2.053 obras em andamento, com 54% de execução média. Quando concluídos, esses empreendimentos beneficiarão 7,6 milhões de famílias.

- Em Uberlândia (MG), a Estação de Tratamento de Água Sucupira já está 80% concluída.
- O Reservatório R10, em Joinville (SC), possui 83% de execução.

Recursos hídricos

Os grandes projetos de infraestrutura hídrica, que garantirão o acesso à água e o abastecimento das regiões mais secas do País, seguem em ritmo acelerado.

- O Projeto de Integração do Rio São Francisco, que envolve investimentos de R\$ 8,2 bilhões, possibilitará o abastecimento de água a cerca de 12 milhões de pessoas do Nordeste. No Eixo Leste, as obras estão com 52% já realizados, e no Eixo Norte, o total é de 34%.
- O Trecho V do Eixão das Águas (CE) mobiliza investimentos de R\$ 329 milhões e, com 96% executados, deve ser concluído em abril de 2013, incrementando a oferta de água no Ceará. O Trecho IV foi entregue em setembro de 2011. Os demais são anteriores a 2010.

Prevenção de riscos

Drenagem e contenção de encostas: entre outubro e dezembro de 2012, 25 obras foram iniciadas. Ao todo, são 233 obras em andamento, com 40% de execução média. Quando concluídos, esses empreendimentos beneficiarão cerca de 3 milhões de famílias.

GOVERNO FEDERAL ANUNCIA RESULTADO DE SELEÇÃO DE MAIS R\$ 33 BILHÕES PARA OBRAS DE SANEAMENTO, PAVIMENTAÇÃO E MOBILIDADE URBANA NO PAC

Saneamento: foram selecionados R\$ 16,8 bilhões para obras de esgotamento sanitário e abastecimento de água em capitais, regiões metropolitanas e municípios com mais de 250 mil habitantes.

- Esgotamento sanitário: investimento de R\$ 9,8 bilhões para construção, entre outros, de estações de tratamento de esgoto e de redes coletoras, beneficiando 93 municípios em 22 estados.
- Abastecimento de água: investimento de R\$ 7 bilhões para construção, entre outros, de estações de tratamento de água, redes de distribuição e adutoras, beneficiando 79 municípios em 20 estados.

Mobilidade urbana: anunciada a seleção de R\$ 8 bilhões em projetos de mobilidade para cidades médias, com população entre 250 mil e 700 mil habitantes. Serão beneficiados 66 municípios em 19 estados, onde haverá requalificação ou implantação de sistemas estruturantes de transporte público coletivo, como corredores de ônibus, BRTs, VLTs, aeromóveis e teleféricos.

Pavimentação: investimento de R\$ 8,2 bilhões para obras de qualificação de vias urbanas, incluindo infraestrutura e pavimentação. Serão beneficiados 330 municípios em 23 estados e no Distrito Federal.

Mais acesso à cultura e avanço na garantia de direitos

Destaques para o Vale-Cultura, o Plano Brasil Quilombola e os dez anos da SPM, da SEPPIR e da SDH

VALE-CULTURA

Sancionado em dezembro de 2012, o Vale-Cultura é o primeiro e mais amplo programa governamental de apoio ao acesso da população à cultura no País, destinando R\$ 50 mensais aos trabalhadores com vínculo empregatício que recebam, prioritariamente, até cinco salários mínimos por mês. O trabalhador poderá utilizar o recurso para, por exemplo, ir a cinemas e teatros ou comprar CDs e DVDs.

O benefício será concedido a partir da adesão da empresa ao programa. Dos R\$ 50, 10% poderão ser descontados do trabalhador. Os outros 90% ficarão a cargo da empresa, que poderá deduzir até 1% do imposto de renda devido.

Trabalhadores que ganham mais de cinco salários mínimos também poderão receber o benefício, desde que o empregador garanta o atendimento a todos os funcionários com remuneração abaixo desse patamar.

O Vale-Cultura entrará em vigor no segundo semestre de 2013 e será cumulativo – o trabalhador poderá usar o que sobrar nos meses seguintes.

Cerca de 1 milhão de trabalhadores serão beneficiados, provendo acesso a atividades culturais, sobretudo, às classes C, D e E.

PLANO BRASIL QUILOMBOLA

Por ocasião do Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, 21 de novembro, foram anunciadas ações para fortalecer o Programa Brasil Quilombola (PBQ), em articulação com o Plano Brasil Sem Miséria.

Regularização fundiária

Foi assinado Termo de Cooperação entre a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra),

EDITAIS PARA CRIADORES E PRODUTORES NEGROS

Estão abertas as inscrições em editais para proponentes que se autodeclararam pretos ou pardos, segundo critérios do IBGE, e que trabalham com linguagens de cinema, literatura, pesquisa de bibliotecas, artes visuais, circo, música, dança e teatro. O intuito é promover ação afirmativa que beneficie produtores culturais negros.

Mais informações em www.cultura.gov.br.

a fim de promover ações de regularização fundiária, que beneficiarão 3,4 mil famílias de 26 comunidades.

Políticas sociais

A busca ativa no âmbito do Brasil Sem Miséria visa à inclusão no Bolsa Família e à atualização das famílias quilombolas no Cadastro Único, ampliando o acesso ao programa e a identificação como integrantes dessas comunidades.

Foram homologadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, que instituem orientações curriculares baseadas nos valores históricos e culturais das comunidades.

Inclusão produtiva

A Fundação Cultural Palmares passa a cadastrar agricultores quilombolas para a emissão de Declaração de Aptidão (DAP) ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), ampliando a possibilidade de acesso dessa população às políticas de crédito, fomento e compras da agricultura familiar.

Também foi criado o Selo Quilombos do Brasil, que se articula com o Selo da Agricultura Familiar para ampliar a emissão dos certificados de origem e identidade cultural dos produtos de procedência quilombola.

Houve assinatura de Acordo de Cooperação para aprimorar a implementação da 2ª Chamada de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Quilombola, que beneficiará 4,5 mil famílias.

Também foi anunciada a oferta de água às comunidades quilombolas do semiárido, por meio do Programa Água Para Todos.

Desde dezembro de 2012, tornou-se obrigatório o preenchimento, mediante autodeclaração, do campo 'cor ou raça' em registros administrativos, cadastros, formulários e bases de dados de órgãos públicos federais, conforme classificação do IBGE. Prevista no Estatuto da Igualdade Racial e no Plano Plurianual (PPA 2012-2015), a medida era uma das mais antigas reivindicações do movimento negro brasileiro.

ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

A Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 já realizou mais de 3 milhões de atendimentos. Desde a promulgação da Lei Maria da Penha, em 2006, o número de denúncias de agressões contra mulheres tem crescido: em 2012, foram 88,7 mil relatos de agressão, contra 12,7 mil há seis anos.

O serviço também tem sido usado por brasileiras residentes fora do País. Em 2012, foram registrados 80 atendimentos provenientes da Espanha (37,5%), da Itália (31,2%) e de Portugal (22,5%), além de outros países, com 8,8% das ligações.

O tipo de agressão mais relatado foi a violência física, em 51,7% dos casos, seguido de violência psicológica, em 33,3%.

Uma das denúncias de tráfico recebida pelo Ligue 180 possibilitou que a Polícia Federal, em conjunto com a polícia da Espanha, descobrisse e desmantelasse

uma quadrilha que aliciava mulheres para fins de exploração sexual nas cidades de Salamanca e Ávila.

Em 01/02/2013, saiu, no Rio Grande do Sul, a primeira sentença judicial do Brasil condenando um homicida enquadrado na Lei Maria da Penha a reembolsar o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) pelos valores gastos pela União no pagamento da pensão devida aos dois filhos menores da mãe assassinada.

DISQUE DIREITOS HUMANOS – DISQUE 100

Em 2012, o Disque 100 completou dois anos de funcionamento no formato atual, recebendo denúncias por meio de cinco módulos (crianças e adolescentes; pessoa com deficiência; pessoa idosa; população em situação de rua; e população LGBT). Até o final de 2010, o serviço recebia apenas denúncias de violações aos direitos de crianças e adolescentes.

Desde maio de 2003, quando o serviço passou a ser operacionalizado sob responsabilidade do Governo Federal, até dezembro de 2012, o Disque 100 recebeu e encaminhou cerca de 410 mil denúncias de todo o País. Em 2012, houve um aumento de 74,9% de denúncias em relação a 2011.

Em 2012, o Disque 100 realizou 253,1 mil atendimentos, sendo 168,7 mil (66,6%) denúncias e 73,2 mil (28,9%) informações à população sobre telefones e endereços de serviços de atendimento, proteção e responsabilização presentes nos estados e municípios.

Das denúncias registradas em 2012, 77,1% (130 mil) referiam-se a violações de direitos de crianças e adolescentes; 13,9% (23,5 mil) de idosos; 5% (8,4 mil) de pessoas com deficiência; 1,8% (3 mil) de população LGBT; 0,3% (539) de população em situação de rua; e 1,9% (3,2 mil) de outras populações em situação de vulnerabilidade ou assuntos relacionados aos Direitos Humanos, como quilombolas, indígenas, ciganos, violência policial e casos de tortura, entre outros. As denúncias recebidas foram encaminhadas aos órgãos públicos pertinentes, conforme a especificidade de cada caso.

EXPANSÃO DA REDE DO INSS

Iniciada em 2010, a expansão da rede de atendimento visa construir uma agência do INSS em cada cidade brasileira com mais de 20 mil habitantes, no total de 720, até 2015.

Até fevereiro de 2013, foram inauguradas 238 novas unidades, com investimento da ordem de R\$ 204 milhões.

PLANO VIVER SEM LIMITE

O Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite continua progredindo em suas metas:

Atenção à saúde

Oficinas ortopédicas: Iniciada em março de 2013 a capacitação de 330 profissionais técnicos e mil de nível superior; foram qualificadas duas oficinas existentes e aprovadas outras dez para qualificação.

Atenção odontológica: 160 Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) qualificados para atender pessoas com deficiência, em funcionamento; 81 centros cirúrgicos de hospitais gerais receberam equipamentos adaptados para atendimento.

Triagem auditiva neonatal: 88 maternidades e hospitais com propostas aprovadas para qualificação do serviço de triagem neonatal, para detecção e tratamento precoce de doenças.

Acessibilidade

Crédito: R\$ 19,2 milhões contratados em 3,8 mil operações para aquisição de cadeiras de rodas, impressoras em Braille, adaptações de veículos, andadores e mobiliário acessível.

Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva:

nove núcleos regionais implantados, nos estados de AM, AP, BA, DF, MG, PA, PB, RN e RR.

Minha Casa Minha Vida: 373,2 mil unidades adaptáveis contratadas e 7 mil adaptadas.

Acesso à educação

Benefício de Prestação Continuada (BPC) na Escola: 2.351 municípios formalizaram a adesão ao Programa, para garantir a inserção de crianças e adolescentes beneficiários do BPC na rede regular de ensino.

Ônibus escolar acessível: 1.315 veículos adquiridos e entregues até março de 2013.

Inclusão social

BPC Trabalho: 784 beneficiários inseridos na rede da assistência social (CRAS e CREAS).

Centros-Dia de Referência: 19 municípios aderiram ao Programa, para cofinanciamento do atendimento de apoio a menores de 18 anos e idosos com alto nível de dependência.

Residências inclusivas: 25 municípios aderiram ao Programa para cofinanciamento de 40 residências, e três estão em funcionamento nas cidades de Cascavel (PR), Campo Grande (MS) e João Pessoa (PB).

3ª CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Em dezembro de 2012, foi realizada, em Brasília (DF), a 3ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, com o tema “Um olhar através da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, da ONU: novas perspectivas e desafios”.

Estiveram presentes 948 delegados, metade do governo e a outra metade da sociedade civil, além de cerca de 2 mil participantes. As etapas regionais ocorreram entre novembro de 2011 e setembro de 2012, com participação de 10 mil pessoas nos estados, nos municípios e no Distrito Federal, e discutiram quatro eixos temáticos:

- Eixo I – Educação, esporte, trabalho e reabilitação profissional.
- Eixo II – Acessibilidade, comunicação, transporte e moradia.
- Eixo III – Saúde, prevenção, reabilitação, órteses e próteses.
- Eixo IV – Segurança, acesso à justiça, padrão de vida e proteção social adequados.

SECRETARIAS DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E DE DIREITOS HUMANOS COMEMORAM DEZ ANOS

Há 10 anos, em 21 de março de 2003, eram criadas a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e a Secretaria de Direitos Humanos (SDH), em uma decisão estratégica do Governo Federal para garantir que os direitos e necessidades específicas das mulheres e dos negros, bem como os direitos de outras populações vulneráveis, estivessem articulados em todas as esferas do governo.

Com a **SPM**, as principais reivindicações dos movimentos de mulheres foram incorporadas à gestão pública. A SPM tem atuado de modo transversal junto aos órgãos governamentais, a fim de incluir a perspectiva de gênero em todas as esferas do Estado.

Em 2005, foi criada a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180. Na sequência, sancionou-se a Lei Maria da Penha, a Lei nº 11.340/2006, que se tornou referência mundial, segundo a ONU. Um ano depois, instituiu-se o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Atualizado, estabelece a cooperação entre os governos federal e estaduais, tribunais de Justiça, ministérios e defensorias públicas para prevenção e resposta contra a impunidade da violência de gênero.

O dia 21 de março é também uma data emblemática por ser o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial.

A criação da **SEPPIR** representa importante conquista do movimento negro brasileiro e reforça o compromisso

do Governo Federal com a promoção de oportunidades iguais para todos os brasileiros.

Destacam-se nesse período:

- A institucionalização da política de promoção da igualdade racial.
- A inclusão da obrigatoriedade do ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira nas escolas públicas.
- A titulação de terras quilombolas.
- A instituição da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.
- A implementação da Política Nacional para Comunidades Quilombolas.
- A sanção do Estatuto da Igualdade Racial.
- A decisão do Supremo Tribunal Federal pela constitucionalidade das ações afirmativas.
- A aprovação da Lei de Cotas pelo Legislativo e sua sanção e regulamentação pelo Executivo.

No âmbito da **SDH**, destacam-se a transferência do Disque Direitos Humanos – Disque 100 – para a administração do Governo Federal e a implementação de cinco módulos de atendimento. Isto permitiu a consolidação dessa importante ferramenta de tratamento de denúncias de violação de direitos humanos, referência em todo o território nacional.

Nesse período, também foram lançadas a segunda e a terceira edições do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), que estabeleceram diretrizes e objetivos para o aprimoramento das políticas públicas sobre Direitos Humanos no Brasil.

CARTÃO BNDES PARA CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

Em novembro de 2012, foram entregues os primeiros Cartões Banco do Brasil/BNDES ao Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis.

O acesso dos catadores ao cartão é uma inovação que confere às suas cooperativas uma linha de crédito para capital de giro e compra de equipamentos, podendo ser adquiridos máquinas, matéria-prima, itens de informática, veículos leves, dentre outros,

relacionados no Portal Cartão BNDES (<https://www.cartaobndes.gov.br/>).

A linha de financiamento é viabilizada por meio de recursos do BNDES e operacionalizada pelo Banco do Brasil em nome da cooperativa, com limite de até R\$ 1 milhão. Não são cobradas tarifas e a taxa de juros no mês de fevereiro de 2013 está definida em 0,86%.

Redução de custos e aumento da competitividade

Desonerações, energia mais barata e licitações para a exploração de petróleo e gás natural

REDUÇÃO DAS TARIFAS DE ENERGIA ELÉTRICA

Em 24 de janeiro de 2013 entrou em vigor a redução média de 20,2% nas tarifas de energia elétrica.

Para os consumidores residenciais (tensão inferior a 2,3 kV), a redução mínima foi de 18% (veja tabela abaixo). Para os consumidores de alta tensão (superior a 2,3 kV, como, por exemplo, as indústrias e os grandes comércios), os descontos chegaram a ultrapassar 30%.

As principais medidas que permitiram essa redução foram:

- Prorrogação por até 30 anos de concessões em contratos que venceriam entre 2015 e 2017.
- Eliminação dos encargos referentes à Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) e à Reserva Global de Reversão (RGR) para distribuidoras de energia,

novos empreendimentos de transmissão e concessões prorrogadas ou licitadas.

- Aporte de recursos pela União para a manutenção de programas como o Luz para Todos e a Tarifa Social, reduzindo a necessidade de pagamento das quotas da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) por parte dos consumidores.

Cada distribuidora possui tarifa e desconto diferentes, em função das peculiaridades de cada concessão.

No portal da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) (<http://www.aneel.gov.br/>) podem ser acessados cartilhas, publicações e conteúdos que explicam a composição da conta de energia, os processos de reajuste e de revisão tarifárias e, também, dicas de uso racional da eletricidade.

REDUÇÃO EM % DAS TARIFAS DE ENERGIA PARA CONSUMIDORES RESIDENCIAIS (CLASSE DE TENSÃO B1), POR CONCESSIONÁRIA:

Concessionária	Redução % da Tarifa	Concessionária	Redução % da Tarifa	Concessionária	Redução % da Tarifa	Concessionária	Redução % da Tarifa
AES SUL (RS)	23,62%	CEMAT (MT)	19,29%	COSERN (RN)	18,00%	ELFJC (SC)	18,04%
AMAZONAS (AM)	18,22%	CEMIG (MG)	18,14%	CPEE (SP)	23,38%	ELFSM (ES)	18,97%
AMPLA (RJ)	18,00%	CEPISA (PI)	18,00%	CPFL PAULISTA (SP)	18,07%	EMG (MG)	18,14%
BANDEIRANTE (SP)	18,08%	CERON (RO)	18,00%	CPFL PIRATININGA (SP)	18,39%	ENERSUL (MS)	18,24%
BOA VISTA (RR)	18,14%	CERR (RR)	18,04%	CSPE (SP)	18,01%	ENF (RJ)	18,07%
CAIUA (SP)	18,08%	CFLM (SP)	20,92%	DEMEI (RS)	18,36%	EPB (PB)	18,01%
CEA (AP)	18,04%	CFLO (PR)	18,00%	DMED (MG)	18,08%	ESCELSA (ES)	18,01%
CEAL (AL)	18,00%	CHESP (GO)	18,01%	EBO (PB)	18,00%	ESE (SE)	18,00%
CEB (DF)	18,11%	CJE (SP)	18,34%	EDEV (SP)	18,16%	FORCEL (PR)	18,01%
CEEE (RS)	18,13%	CLFSC (SP)	19,66%	EEB (SP)	18,65%	HIDROPAN (RS)	18,50%
CELESC (SC)	18,48%	CNEE (SP)	19,69%	EFLUL (SC)	18,17%	IGUAÇU (SC)	18,11%
CELG (GO)	18,00%	COCEL (PR)	18,41%	ELEKTRO (SP)	18,47%	LIGHT (RJ)	18,10%
CELPA (PA)	18,83%	COELBA (BA)	18,96%	ELETROACRE (AC)	18,01%	MUXFELDT (RS)	18,55%
CELPE (PE)	18,04%	COELCE (CE)	18,05%	ELETROCAR (RS)	18,07%	RGE (RS)	22,00%
CELTINS (TO)	18,20%	COOPERALIANÇA (SC)	18,01%	ELETROPALAU (SP)	18,25%	SULGIPE (SE)	18,33%
CEMAR (MA)	18,00%	COPEL (PR)	18,12%			UHENPAL (RS)	25,94%



LICITAÇÕES DE PETRÓLEO E GÁS

O ano de 2013 será de grande importância para o setor de petróleo e gás no País com a retomada da realização de licitações de blocos para exploração.

Nos dias 14 e 15 de maio, será realizada a 11ª Rodada de Licitações de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural na modalidade de concessão. Nessa rodada serão ofertados 289 blocos exploratórios nas bacias de Barreirinhas, Ceará, Parnaíba, Espírito Santo, Foz do Amazonas, Pará-Maranhão, Pernambuco-Paraíba, Potiguar, Recôncavo, Sergipe-Alagoas e Tucano-Sul, totalizando 156 mil km² de área no certame.

Licitações no Pré-Sal

Ainda no final deste ano será também realizada a 1ª Rodada de Licitações de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural, na modalidade de partilha da produção. Essa licitação será emblemática por envolver áreas de baixo risco exploratório e grande potencial petrolífero, pertencentes ao Pré-Sal, e por colocar em prática as recentes mudanças efetuadas no arcabouço legal do setor.

Gás não convencional – *shale gas*

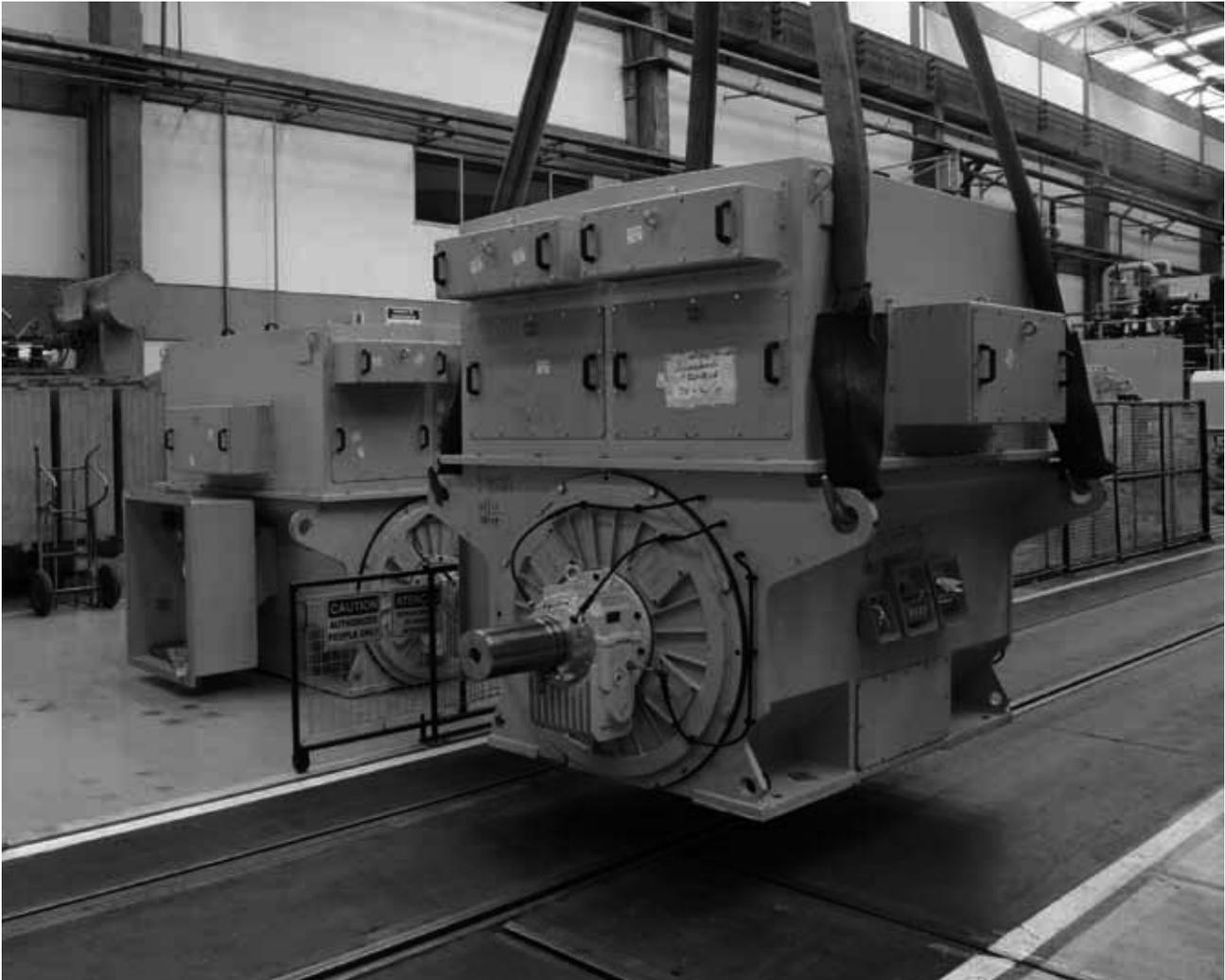
Também será realizada, no quarto trimestre deste ano, uma rodada de licitações específica para exploração de recursos não convencionais de petróleo e gás natural, voltada para a exploração de gás não convencional – *shale gas*.

INOVAR-AUTO

O Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores (Inovar-Auto), já conta com 35 empresas habilitadas.

A previsão inicial do programa era de investimentos da ordem de R\$ 5,5 bilhões, até 2017, com aumento da produção dos atuais 3,3 milhões de automóveis (2012) para mais de 4 milhões. Os novos investimentos no âmbito do programa previstos pelas empresas habilitadas já ultrapassam os R\$ 5 bilhões.

O objetivo do plano é incentivar a produção e o desenvolvimento tecnológico da indústria automobilística no País, promovendo a inovação, a segurança, a qualidade e a eficiência energética dos veículos e das autopeças.



AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (ABDI)

EXPANSÃO DO PSI

O Programa de Sustentação do Investimento (PSI) passou por mudanças no final de 2012, dentre as quais se destaca a ampliação, em R\$ 85 bilhões, do volume de financiamentos passíveis de equalização de juros, que passou a totalizar R\$ 312 bilhões, sendo R\$ 306 bilhões para financiamentos com recursos do BNDES e R\$ 6 bilhões para financiamentos com recursos da FINEP.

Outra novidade diz respeito à atuação dos bancos privados no PSI. No fim de 2012, o Banco Central alterou as regras dos depósitos compulsórios, permitindo que as instituições financeiras descontem, do montante recolhido sobre os depósitos à vista, os financiamentos feitos nas condições favorecidas do PSI, até o limite de R\$ 15 bilhões. Essa medida visa dar mais celeridade às contratações no âmbito do Programa.

As condições dos financiamentos, cujas contratações podem ser realizadas até dezembro de 2013, foram alteradas. Em várias linhas as taxas foram reduzidas, como no caso dos juros praticados pela FINEP, que passaram de 4% para 3,5% ao ano. Além disso, as operações de arrendamento mercantil passaram a ser contempladas nos financiamentos subvencionáveis das linhas “ônibus e caminhões”, “veículos elétricos”, “procaminhoneiro” e “bens de capital”.

Finalmente, destaca-se a autorização para que os financiamentos que venham a ser tomados pelos vencedores das futuras concessões rodoviárias e ferroviárias sejam subvencionados no âmbito do PSI. Os limites e condições financeiras dessa linha ainda serão definidos.

Desde sua criação, em 2009, até fevereiro de 2013, o PSI já financiou R\$ 208 bilhões.

REAJUSTE DO SALÁRIO MÍNIMO

Em 1º de janeiro de 2013, o salário mínimo foi elevado para R\$ 678, o que corresponde a um aumento de 9% em relação ao valor anterior (R\$ 622). O percentual do reajuste, como prevê a legislação, foi o resultado da correção monetária de 6,1%, correspondente à estimativa de variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) em 2012, acrescida do aumento real de 2,7%, correspondente à variação do Produto Interno Bruto (PIB) em 2011.

REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS CIVIS DO PODER EXECUTIVO

Foi aprovado, em 4 fevereiro de 2013, o Regulamento do Plano Executivo Federal administrado pela Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo-Funpresp-Exe.

Todos os servidores públicos federais civis do Poder Executivo poderão optar pela adesão ao Regime.

Os servidores admitidos após o dia 4 de fevereiro estarão sujeitos ao teto do Regime Geral de Previdência Social RGPS, podendo aderir ao Funpresp para complementar seus benefícios.

Os servidores federais admitidos antes da implementação do Fundo também poderão aderir ao Funpresp, mediante sua prévia e expressa opção.

Mais informações podem ser obtidas no site <http://www.funpresp-exe.com.br>.

DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTOS

A desoneração dos encargos previdenciários da folha de pagamentos foi ampliada para 42 setores.

Entre os novos setores beneficiados estão os de medicamentos, equipamentos médicos e odontológicos, fogões, refrigeradores e lavadoras, e os de transporte aéreo, marítimo e rodoviário coletivo.

Com a medida, a contribuição previdenciária patronal desses setores passa a incidir sobre o faturamento, com alíquotas de 1% ou 2%.

NOVOS SETORES BENEFICIADOS

Setor	Segmento	Alíquota sobre o faturamento (em %)
Indústria	Aves, suínos e derivados	1
Indústria	Pescado	1
Indústria	Pães e massas	1
Indústria	Fármacos e medicamentos	1
Indústria	Equipamentos médicos e odontológicos	1
Indústria	Bicicletas	1
Indústria	Pneus e câmaras de ar	1
Indústria	Papel e celulose	1
Indústria	Vidros	1
Indústria	Fogões, refrigeradores e lavadoras	1
Indústria	Cerâmicas	1
Indústria	Pedras e rochas ornamentais	1
Indústria	Tintas e vernizes	1
Indústria	Construção metálica	1
Indústria	Equipamento ferroviário	1
Indústria	Fabricação de ferramentas	1
Indústria	Fabricação de forjados de aço	1
Indústria	Parafusos, porcas e trefilados	1
Indústria	Brinquedos	1
Indústria	Instrumentos óticos	1
Indústria	Construção civil	2
Serviços	Suporte técnico informática	2
Serviços	Manutenção e reparação de aviões	1
Serviços	Transporte aéreo	1
Serviços	Transporte marítimo, fluvial e naveg. de apoio	1
Serviços	Transporte rodoviário coletivo	2
Comércio	Comércio varejista	1

DESONERAÇÃO DE IPI

A redução da alíquota do IPI irá continuar em 2013, mas com algumas alterações.

No caso dos carros de até mil cilindradas, por exemplo, a alíquota normal era de 7% e passou a zero, com validade até 31 de dezembro de 2012. A partir de janeiro de 2013, a alíquota passou a ser de 2% e permanecerá neste patamar até março. De abril a junho, a taxa terá nova alteração e passará para 3,5%.

No caso dos caminhões, a alíquota será mantida em 0% por tempo indefinido.



MARGARRY / SHUTTERSTOCK

Automóveis	Alíquota normal	Alíquota reduzida		
		Até dezembro/2013	Janeiro a março/2013	Abril a junho/2013
Até 1.000 cc	7%	0%	2%	3,5%
De 1.000 cc até 2.000 cc				
FLEX	11%	5,5%	7%	9%
Gasolina	13%	6,5%	8%	10%
Utilitários	8%	1%	2%	3%
Caminhões	5%	0%	0%	0%

O IPI da linha branca, além de móveis, painéis e afins, também passou por mudanças, com exceção da máquina de lavar roupas, que permanecerá com alíquota reduzida de 10%.

Linha branca	Alíquota normal	Alíquota reduzida	
		Até janeiro/2013	De fevereiro a junho/2013
Fogão	4%	0%	2%
Tanquinho	10%	0%	2%
Refrigerador e congelador	15%	5%	7,5%
Máquina de lavar roupas	20%	10%	10%
Móveis	5%	0%	2,5%
Painéis	5%	0%	2,5%
Laminados (PET, PVC, alta resistência)	15%	0%	2,5%
Luminárias	15%	5%	7,5%
Papel de parede	20%	10%	10%

DESONERAÇÃO DA CESTA BÁSICA

Todos os produtos da cesta básica foram desonerados do pagamento de impostos federais.

Com a medida, os produtos da cesta, que na sua maioria já não sofriam incidência de Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI), passam a ficar também totalmente livres da alíquota de PIS/PASEP/COFINS, que variava de 9,25% a 12,50%. O Governo também ampliou a lista de produtos que compõem a cesta básica.

Os produtos que foram desonerados são:

- Carne bovina, suína, de aves e caprina ou ovina; peixes, café, açúcar, óleos vegetais, margarina, manteiga e papel higiênico: redução a zero da alíquota de 9,25% de PIS/PASEP/COFINS.
- Pastas de dente e sabonetes: redução a zero da alíquota de 12,50% de PIS/PASEP/COFINS.
- O açúcar e o sabonete, que também tiveram a alíquota de 5% de IPI reduzida a zero.

INCENTIVO AO INVESTIMENTO

Em 2012, foi aprovado o volume recorde de 2.864 ex-tarifários, que representam US\$ 45,064 bilhões em novos investimentos no País, US\$ 3,4 bilhões a mais do que em 2011 – quando o governo concedeu 2.847 ex-tarifários.

Os ex-tarifários são reduções temporárias do Imposto de Importação para bens de capital e bens de informática e telecomunicações sem produção nacional. Os principais setores beneficiados no ano passado, em relação aos investimentos globais, foram petrolífero (18,4%), ferroviário (13,7%), minerador (11,6%) e automotivo (7,7%).

As decisões sobre a redução do imposto cabem à Câmara de Comércio Exterior (Camex), órgão presidido pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Neste ano, o Governo já aprovou a concessão de 618 ex-tarifários, entre novos incentivos e renovações. Esses incentivos estão vinculados a investimentos globais de US\$ 5,83 bilhões, em setores como os de construção civil (43,7%), petróleo (16,3%), bens de capital (5,5%), automotivo (4,2%) e bebidas (4,0%).

COMPRAS GOVERNAMENTAIS

As margens de preferência para produtos nacionais nas compras governamentais têm o objetivo de estimular a indústria nacional e o investimento.

Tiveram margens de preferência definidas nos últimos

meses: equipamentos de tecnologia da informação e comunicação (15% ou 25%, conforme o produto); patilhas agrícolas e implementos (15% ou 20%, conforme o produto); perfuratrizes e implementos (20%); e discos para moeda (20%).

Anteriormente, já haviam sido definidas margens preferenciais para confecções, calçados e artefatos; retroescavadeiras e motoniveladoras; fármacos, biofármacos e medicamentos; produtos médicos; veículos para vias férreas; papel para impressão de papel-moeda; e caminhões, furgões e implementos rodoviários.

TESOURO DIRETO

O Tesouro Direto, programa que democratizou o acesso a títulos públicos, permitindo a sua aquisição por pessoas físicas diretamente pela internet, completou, em 2012, 10 anos de funcionamento.

Em 2012, 52.466 novos investidores se cadastraram no Tesouro Direto, alcançando um total de 328.839 aplicadores, o que representa aumento de 19% sobre 2011. Já as vendas no ano totalizaram R\$ 3,7 bilhões, montante que representou aumento de 3,4% em relação ao volume vendido em 2011.

A procura por títulos com prazo acima de 5 anos foi significativa, representando 57,8% do total vendido no ano. Esse dado reflete a importância do Tesouro Direto para a formação de poupança de médio e longo prazos.



Acesso e qualidade no atendimento

População passa a contar com mais médicos e mais serviços, com foco na atenção básica

MELHORIA NO ACESSO E NA QUALIDADE DA ATENÇÃO BÁSICA

Mais médicos onde a população mais precisa

A segunda edição do Provac – Programa de Valorização dos Profissionais da Atenção Básica, lançada em 2013, selecionou 4.392 médicos para 1.407 municípios. Os médicos participarão de curso de especialização em Saúde da Família e receberão bolsa federal de R\$ 8 mil, supervisão e apoio técnico. Ainda terão pontuação adicional de 10% em exames de residência se trabalharem por 12 meses nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) em municípios com dificuldade de contratação de profissionais.

Na primeira edição do Provac, em 2012, foram contratados pelos municípios 381 médicos, remunerados pelas próprias secretarias municipais de saúde.

Mais recursos para equipes que investem em qualidade

Para valorizar as equipes que investem na qualidade dos serviços e do atendimento, foram realizados, em

2012, repasses adicionais de R\$ 769,8 milhões para 3.972 municípios participantes do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica – PMAQ. A distribuição foi baseada na avaliação dos serviços de 17,5 mil equipes de atenção básica e 13,4 mil UBS. Foram entrevistados 67 mil usuários:

- 79% avaliaram o cuidado recebido das equipes como bom ou muito bom.
- 86% recomendariam a UBS a um amigo ou familiar.

Um novo ciclo de adesão ao Programa começou em fevereiro de 2013, com a meta de alcançar todas as 33,1 mil equipes de Saúde da Família neste ano. Ainda em 2013, as equipes dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) e de Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) também poderão aderir ao programa.

Obras nas UBS em 70% dos municípios

São 3.872 municípios em todo o Brasil recebendo recursos para a construção, reforma e ampliação de UBS. Estão em andamento 5,5 mil ampliações, 5,2 mil reformas e 4 mil construções de novas unidades. Atualmente, são 39,3 mil UBS em funcionamento (eram 32,8 mil em 2010).

PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS)

	Construção	Ampliação	Reforma
Quantidade de unidades contratadas	3.966	5.458	5.247
Valor do investimento (R\$)	1,016 bilhão	548 milhões	538 milhões
Municípios beneficiados	2.076	2.265	1.788
Unidades concluídas	859	60	859



UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE FLUVIAL

O município de Borba, no Amazonas, foi o primeiro do País contemplado com uma UBS Fluvial construída com recursos federais. A unidade atenderá a mais de 12 mil pessoas em cerca de 230 comunidades às margens de seis rios: Madeira, Madeirinha, Autaz-Açu, Canumã, Abacaxis e Sucunduri.

A meta é financiar, até 2014, a construção de 64 unidades fluviais.

SAÚDE NÃO TEM PREÇO

Medicamentos gratuitos para hipertensão e diabetes

Mais de 13,6 milhões de pessoas receberam medicamentos gratuitos desde fevereiro de 2011, quando foi iniciada a gratuidade.

BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA

	Hipertensão	Diabetes
Janeiro/11	658.000	306.000
Janeiro/13	3.750.000	1.844.000
Varição	470%	503%

FONTE: MINISTÉRIO DA SAÚDE – JANEIRO DE 2013

EM 2012, FOI LANÇADA A PÁGINA NA WEB AUTOCUIDADO.SAUDE.GOV.BR, COM DICAS E INFORMAÇÕES PARA AUMENTAR A QUALIDADE DE VIDA DE QUEM CONVIVE COM O DIABETES

Medicamentos gratuitos para asma

Já foram beneficiadas 437 mil pessoas. Em janeiro de 2013, 93,6 mil pessoas retiraram medicamentos, 95% mais que em maio de 2012, mês anterior ao início da gratuidade.

Farmácia Popular

Em todo o País, são 25,7 mil farmácias credenciadas, cobrindo 3.731 municípios. A Farmácia Popular ainda oferece outros medicamentos com descontos de até 90%.

FARMÁCIAS PÚBLICAS E CREDENCIADAS

	Unidades	Municípios
2010	14.546	2.548
2011	20.780	3.301
Janeiro/13	25.708	3.773
Varição de 2010 a janeiro/13	76,74%	48%

FONTE: MINISTÉRIO DA SAÚDE – JANEIRO DE 2013

NOVOS MEDICAMENTOS NO SUS

Desde 2010, o número de medicamentos ofertados pelo SUS cresceu 47%, saltando de 550 para 810.

BRASIL SORRIDENTE

O programa atualmente realiza cerca de 150 milhões de consultas por ano – número que aumentou 15 vezes desde a instituição do Programa, em 2004.

Equipes de Saúde Bucal: as 21,9 mil equipes estão presentes em 4.876 municípios, o que representava 87% das cidades brasileiras em janeiro de 2013. Em 2011 e 2012, foram implantadas 1,8 mil novas equipes.

Centros de Especialidades Odontológicas – CEO: 951 CEOs em funcionamento em janeiro de 2013, em 781 municípios. Em 2010, eram 853.

OS CEOS QUE FARÃO PARTE DA REDE DE CUIDADOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DO PLANO VIVER SEM LIMITE RECEBERÃO 25% A MAIS DE CUSTEIO

Laboratórios de prótese dentária: 1,4 mil laboratórios em funcionamento atendem 1.351 municípios. Desse, 581 foram credenciados em 2012.

Produção de próteses dentárias: 376,8 mil próteses produzidas até novembro de 2012, quantidade 24% superior ao produzido no mesmo período de 2011 e 105% superior em relação a 2010.

Em 2012, comparado a 2011, **AUMENTARAM** em 2,9 milhões os procedimentos clínicos preventivos de ortodontia e próteses dentárias. **DIMINUÍRAM** em 3,5 milhões os procedimentos de extração dentária.

REDE DE ATENÇÃO ÀS URGÊNCIAS

Unidades de Pronto Atendimento (UPA)

Entre 2011 e 2012, 144 UPAs entraram em funcionamento e recebem anualmente R\$ 536,7 milhões de custeio. Outras 605 estão em construção, com investimento de R\$ 1,45 bilhão.

SAMU 192

Em 2012, foram adquiridas 439 ambulâncias para renovação de frota, reserva técnica e expansão. A frota de ambulâncias em utilização cresceu 19,7% nos últimos dois anos.

	2010	2012
Centrais de Regulação	143	178
População coberta	119.016.642	134.278.836
Ambulâncias	2.231	2.670
Motolâncias	160	180

FONTE: MINISTÉRIO DA SAÚDE – JANEIRO DE 2013

S.O.S. Emergências

Em um ano de funcionamento, o programa reduziu em até 52% a taxa de ocupação nas emergências dos 12 hospitais públicos onde foi implantado. Já são 1.189 leitos de retaguarda novos e qualificados e 2.160 profissionais da saúde capacitados.

ATENÇÃO DOMICILIAR

Implantado em 23 estados e 134 municípios, conta com 742 equipes habilitadas, sendo 511 Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (Emad) e 231 Equipes Multiprofissionais de Apoio (Emap). Os principais casos atendidos são acidente vascular cerebral (23%), hipertensão (7,3%) e doença de Alzheimer (7,1%).

REDE CEGONHA

A adesão à Rede Cegonha chegou a 4,9 mil municípios, cobrindo 2,6 milhões de gestantes e seus bebês. São 6,2 mil leitos adultos e infantis qualificados para o atendimento em toda a rede.

COMBATE AO CÂNCER

Em 2012, os procedimentos oncológicos ambulatoriais aumentaram 15,2%: foram realizados 10,5 milhões de procedimentos em 2010 e 12,1 milhões em 2012.

- Foram 96,1 mil cirurgias oncológicas realizadas no SUS e 2,6 milhões de procedimentos quimioterápicos.
- 80 serviços de radioterapia apoiados: 41 novos serviços e 39 ampliações de serviços já existentes.

CÂNCER DE COLO DE ÚTERO E DE MAMA

Exames de mamografia: 4,4 milhões de exames realizados no ano, sendo que 52% (2,3 milhões) foram na faixa etária prioritária de 50 a 69 anos.

Exames de Papanicolau: 10,9 milhões de exames realizados no ano, 78% deles (8,5 milhões) na faixa etária prioritária de 25 a 64 anos.

CRACK, É POSSÍVEL VENCER!

Catorze estados e suas capitais aderiram ao plano e passaram a receber recursos do Governo Federal para implantar ações: AC, AL, CE, DF, ES, MG, MS, PE, PI, PR, RJ, RS, SC e SP.

Ao longo de 2012 foram disponibilizados:

- 207 novos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).
- 32 novos CAPS-AD 24h em funcionamento.
- 10 novas Unidades de Acolhimento (UA) agregadas às 44 já existentes em 2011.
- 17 novos Consultórios na Rua.
- 139 novas vagas em enfermarias especializadas.
- 986 novos leitos apoiados nos municípios e estados.

Ainda, dez Comunidades Terapêuticas foram selecionadas para prestar serviços de reinserção social.

CIRURGIAS ELETIVAS

Em 2012, foram 2,1 milhões de cirurgias eletivas realizadas pelo SUS no ano, 4,97% a mais que em 2011.

Mutirões

Em 2012, foram realizados 10,1 mil procedimentos em sete mutirões: quatro de catarata no Acre (Rio Branco), na Bahia (Serrinha), em Minas Gerais (Montes Claros) e na Paraíba (Pombal), e três de ortopedia em Rondônia (Porto Velho), em São Paulo (São Paulo) e no Paraná (Curitiba).

TRANSPLANTES

Nos últimos dois anos, o crescimento foi de 16,31%. Foram 24,5 mil procedimentos em 2012.

REDOME

É hoje o 3º maior registro mundial de doadores voluntários de medula óssea. Atualmente, são mais de 2,9 milhões de doadores cadastrados – em 2000 eram 12 mil voluntários inscritos.

IMUNIZAÇÃO

A cobertura vacinal no País, nos últimos dez anos, alcançou, em média, 95% para a maioria das vacinas do calendário da criança e das campanhas de vacinação.

- **Campanha Nacional de Vacinação contra a Poliomielite** – 14,1 milhões de crianças menores de cinco anos de idade foram imunizadas com cobertura de 99%.
- **Campanha para Atualização da Caderneta de Vacinação** – 3,3 milhões de crianças que estavam com seu calendário atrasado foram imunizadas.
- **Campanha Nacional de Vacinação contra a Gripe** – 26 milhões de pessoas vacinadas. Foram alcançados 86% do grupo prioritário, formado por idosos, crianças, gestantes, profissionais de saúde e populações indígenas.

MALÁRIA

Entre janeiro e dezembro de 2012, foram notificados 242,4 mil casos, com redução de 9,3% em relação ao mesmo período de 2011, quando ocorreram 267,1 mil casos.

DENGUE

Em 2012 foram repassados aos Estados e municípios de todo o País R\$ 173,2 milhões para ações de prevenção e controle da doença. Houve redução nas mortes causadas pela doença em 72%, sendo confirmados 41 óbitos. Em 2010, foram 146.

Acesso a ensino de qualidade é prioridade

Enem permite acesso ao ensino superior por meio do Sisu e do ProUni.

Pronatec garante vagas para ensino técnico e qualificação profissional

CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS

Até 4 de fevereiro de 2013, foram concedidas 22.646 bolsas no âmbito do Ciência sem Fronteiras, sendo 15.141 para graduação e 7.505 para pós-graduação, em 39 países. Desse total, 600 bolsas de pós-graduação foram concedidas para estrangeiros atuarem no Brasil, sendo 447 para Pesquisador Visitante e 153 para Jovem Talento.

Para 2013, a meta é conceder 22.430 bolsas para estudantes e pesquisadores.

BOLSAS CONCEDIDAS, POR PAÍS DE DESTINO

País de destino	Total de bolsas
Estados Unidos	5.028
Portugal	2.935
França	2.692
Espanha	2.464
Canadá	2.145
Reino Unido	1.939
Alemanha	1.753
Austrália	884
Itália	679
Holanda	637
Outros	1.490
Total	22.646

FONTE: CAPES/CNPQ

DATA DE ATUALIZAÇÃO: 04/02/2013

Inglês sem Fronteiras

Para aumentar a proficiência em inglês dos candidatos a bolsas de estudos do programa Ciência sem Fronteiras, o Governo Federal lançou, em dezembro de 2012, o programa Inglês sem Fronteiras. Ações de nivelamento, avaliação e certificação de proficiência são desenvolvidas com os estudantes que concorrem a bolsas no exterior.

O programa prevê a aplicação de 500 mil testes de nivelamento ou de proficiência em língua inglesa até 2014. Mais informações sobre o programa e sobre como se inscrever estão disponíveis em <http://isf.mec.gov.br>.

PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO (PRONATEC)

Criado em 2011, o Pronatec chegou a 2,52 milhões de matrículas em cursos técnicos e de qualificação profissional em mais de 400 áreas do conhecimento.

Do total de matrículas, 73% são no Sistema S, que oferece vagas tanto pelo acordo de gratuidade quanto na modalidade Bolsa Formação.

De acordo com nova regra criada no início de março, instituições privadas de ensino superior e de educação tecnológica também poderão aderir à modalidade Bolsa Formação do Pronatec para oferta de cursos técnicos na forma subsequente. A adesão poderá ser solicitada a partir do segundo trimestre.

Para 2013, está prevista a oferta de mais 2,3 milhões de vagas – 724,5 mil em cursos técnicos e 1,57 mil em cursos de qualificação profissional.

Pronatec Brasil sem Miséria

Até 8 de março, o Pronatec já beneficiou 316,3 mil pessoas de famílias atendidas pelo programa Brasil sem Miséria em 934 municípios.

Os beneficiários recebem alimentação, transporte e material escolar e participam gratuitamente dos cursos oferecidos.

Pronatec Copa

Já são 122,6 mil alunos matriculados em 52 cursos técnicos gratuitos para trabalhadores da área do turismo, além de treinamento nos idiomas inglês e espanhol e em Libras.

As vagas estão disponíveis nas cidades-sede da Copa, nos municípios do entorno e nos principais destinos turísticos do Brasil. É preciso ter pelo menos 18 anos para participar dos cursos.

Expansão da Rede Federal de educação profissional e tecnológica tem continuidade

Desde 2011, 86 novos câmpus da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica entraram em funcionamento, cumprindo 41,3% da meta de chegar a 208 novos câmpus em atividade até 2014.

EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (ENEM)

O Enem teve a participação de 4,1 milhões de candidatos na edição de 2012. Desde 2009, o exame se fortalece como forma de acesso à educação superior.

O resultado obtido pelo estudante no Enem é usado como critério de seleção para o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e para a concessão de bolsas no âmbito do Programa Universidade para Todos (ProUni), do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e do programa Ciência sem Fronteiras. O Enem também promove a certificação do ensino médio para jovens e adultos.

SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA (SISU)

Na primeira edição de 2013 do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) foram oferecidas 129.319 vagas na rede pública de educação superior – 18% a mais em relação a 2012 – em 3.752 cursos de 101 instituições públicas de educação superior.

PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI)

No processo seletivo do primeiro semestre de 2013, o ProUni registrou a inscrição de 1.032.873 candidatos a bolsas de estudos em instituições particulares de educação superior. A oferta foi de 162.329 bolsas, sendo 67% integrais, para 12.159 cursos em 1.078 instituições de todo o País.

EM FEVEREIRO DE 2013,
476.028 ESTUDANTES
CURSAVAM O ENSINO
SUPERIOR COM
BOLSA DO
PROUNI. DESDE 2004,
CERCA DE 1,1 MILHÃO
DE ALUNOS JÁ
FORAM BENEFICIADOS



FIES BENEFICIA 372 MIL ESTUDANTES

Em 2012, o número de contratos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) aumentou 143% em relação a 2011, fechando o ano com 372 mil estudantes atendidos. Em 2013, o Fies já firmou 92,3 mil contratos.

A dívida do Fies é reduzida para professores da rede pública de educação básica, e para os médicos que trabalhem em equipes do programa Saúde da Família em regiões com carência de profissionais.

EVOLUÇÃO DE CONTRATOS DO NOVO FIES

Ano	Municípios	Contratos firmados
2010	465	76,3 mil
2011	524	154,1 mil
2012	587	372,5 mil
2013*	499	92,3 mil
Total ¹	619	695,2 mil

1- NO CÁLCULO DOS TOTAIS FORAM CONSIDERADOS APENAS MUNICÍPIOS DISTINTOS. *SIMEC – 20/02/2013

Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC)

Em 2012, o FGEDUC beneficiou 200.653 estudantes, um aumento de 307,5% em relação aos 49.245 atendidos em 2011. Em janeiro e fevereiro de 2013, mais 92 mil contratos com essa garantia foram firmados.

Das 2.412 instituições particulares de ensino superior que participam do Fies, 843 já aderiam ao FGEDUC.

Criado em 2010, o fundo auxilia estudantes que queiram financiar suas mensalidades com o Fies, mas não possuem as garantias para cobrir o empréstimo, permitindo que se dispense a apresentação de fiadores.

Podem ser beneficiados estudantes com renda familiar mensal de até 1,5 salário mínimo por pessoa, bolsistas parciais do ProUni inscritos no Fies e estudantes matriculados em cursos de licenciatura. Para que o estudante receba o benefício, a instituição de ensino tem de estar inscrita no Fies e no Fgeduc.



WELTON SUIJASXG

MAIS ESCOLAS PODERÃO ADERIR AO MAIS EDUCAÇÃO

Até 31 de março, 34 mil escolas públicas pré-selecionadas poderão solicitar adesão ao programa Mais Educação. Para a pré-seleção foram considerados o atendimento a alunos beneficiários do Bolsa Família e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Às 32 mil escolas que já participavam do Mais Educação em 2012 será facultada a permanência no programa, que garante aos estudantes do 1º ao 9º ano das escolas públicas participantes atividades orientadas no contraturno, especialmente reforço escolar.

PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Lançado no dia 8 de novembro de 2012, o Pacto entre os governos federal, estaduais e municipais já possui adesão de 5.384 municípios, além dos 26 estados e do Distrito Federal.

Em parceria com universidades federais, 2.332 redes municipais, 18 redes estaduais e a rede distrital de ensino já realizaram a formação inicial de orientadores de estudo.

Governo Federal, estados e municípios integrados no combate ao crime

Ações para fortalecimento das políticas públicas e das redes de atendimento

PLANO ESTRATÉGICO DE FRONTEIRAS

Operação Ágata

Em 18 meses, foram realizadas seis operações Ágata, cobrindo 710 municípios de fronteira, com a participação de 11 ministérios e cerca de 20 agências federais, estaduais e municipais.

Como resultados das operações, destacam-se:

- 319.635 veículos vistoriados.
- 222 aviões inspecionados.
- 5.681 embarcações vistoriadas e 498 apreendidas.
- 4 pistas clandestinas destruídas.
- 19.892 quilos de explosivos apreendidos.
- 11.801 quilos de entorpecentes apreendidos.

Além das ações de segurança, as Forças Armadas realizaram ações cívico-sociais, alcançando os seguintes resultados até dezembro de 2012:

- 59.717 procedimentos de saúde.
- 18.304 atendimentos odontológicos.
- 29.482 atendimentos médicos.
- 9.000 vacinações.
- 195.241 medicamentos distribuídos.

BRASIL MAIS SEGURO

Com oito meses de implantação do programa nos municípios de Maceió, Arapiraca e Rio Largo, no estado de Alagoas, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes diminuiu 13,7% de 2011 para 2012 em Alagoas – em Maceió, a redução foi de 21,3%. Isso significa uma diminuição de 10% na média diária dos crimes violentos letais e intencionais em Alagoas e de 18% em Maceió.

Durante o Carnaval, em fevereiro, quando os índices de violência costumam subir, o estado de Alagoas

registrou uma redução de 23% nos crimes violentos letais intencionais, indicador que na capital, Maceió, atingiu 19% de redução.

Várias medidas ajudam a explicar esses resultados. Foram investidos R\$ 38,5 milhões para aprimorar a atuação dos órgãos de segurança pública, de justiça criminal e penitenciária.

Foram deslocados 229 agentes da Força Nacional de Segurança Pública para Alagoas com o objetivo de realizar policiamento ostensivo e de proximidade. As ações se concentraram no fortalecimento da perícia forense e da Polícia Civil e no controle de armas de fogo, responsáveis por 80% das mortes violentas.

Foram destruídas 4.000 armas, efetuadas 145 prisões de homicidas e transferidos 53 criminosos de alta periculosidade para penitenciárias federais, para desarticular as quadrilhas.

CAMPANHA DO
DESARMAMENTO:
JÁ FORAM
ENTREGUES PELA
POPULAÇÃO MAIS
DE 600 MIL ARMAS
DE FOGO NOS 2 MIL
POSTOS DE COLETA
EM TODO PAÍS,
DESDE 2004

CRACK, É POSSÍVEL VENCER!

Continua a ampliação do programa. Em fevereiro, 14 unidades da federação e suas capitais haviam aderido ao programa e formalizado a parceria para execuções das ações: AC, AL, CE, DF, ES, MG, MS, PE, PI, PR, RJ, RS, SC, SP.

Programa chega a mais municípios

Em fevereiro, 136 municípios com mais de 200 mil habitantes foram habilitados a aderir ao programa. As orientações para elaboração dos planos de ação foram repassadas para os prefeitos pelos ministros por videoconferências. As cidades com menos de 200 mil habitantes também poderão receber serviços e equipamentos.

Rede de Proteção é fortalecida

Em fevereiro, foram entregues aos estados e municípios pactuados 70 bases móveis, 1.400 câmeras de videomonitoramento, 140 veículos, 140 motocicletas, 3,5 mil pistolas de condutividade elétrica e 10,5 mil espargidores de pimenta.

Capacitação

Mais de 105 mil pessoas já foram capacitadas em cursos a distância para atuar na prevenção, no tratamento e na reinserção social de usuários e dependentes de drogas.

Nas redes públicas de saúde, assistência social e segurança pública, 26 mil profissionais estão realizando cursos de qualificação permanente oferecidos pelos 50 Centros Regionais de Referência implantados em instituições de ensino públicas. Até o final de 2013, serão 57 centros gerando 49.500 vagas de capacitação presencial.

Além disso, 5.600 operadores das bases móveis foram treinados para atuar em ações de policiamento integrado de proximidade.

Serviço VivaVoz – 132

Em 2012, foram realizados 216.490 atendimentos telefônicos gratuitos, fornecendo orientação e informações sobre os riscos do uso indevido de drogas e seus efeitos no organismo, bem como sobre locais de tratamento. O serviço funciona 24 horas todos os dias da semana.

II PLANO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS

Lançado em fevereiro de 2013, o plano irá desenvolver ações de prevenção e repressão ao tráfico de pessoas no território nacional, identificar e responsabilizar autores do crime e garantir atenção às vítimas.

As ações serão executadas de maneira articulada pelas três esferas de governo – federal, estadual e municipal –, com a colaboração de organizações da sociedade civil e organismos internacionais, com os seguintes objetivos:

- Fomentar e fortalecer a cooperação entre órgãos públicos, organizações da sociedade civil e organismos internacionais no Brasil e no exterior.
- Reduzir as situações de vulnerabilidade, consideradas as identidades e as especificidades dos grupos sociais.
- Capacitar profissionais, instituições e organizações envolvidas com o tema.
- Produzir e disseminar informações sobre o tráfico de pessoas e as ações para seu enfrentamento.
- Sensibilizar e mobilizar a sociedade para prevenir a ocorrência, os riscos e os impactos do tráfico de pessoas.



Núcleos e postos de atendimento

O País conta com 13 postos de atendimento ao migrante e 16 núcleos estaduais de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Até 2014, serão investidos R\$ 5,9 milhões na criação de dez novos núcleos ou postos de atendimento, na capacitação de 400 agentes e na viabilização de cooperação jurídica internacional. Os postos serão instalados na região de fronteira em locais de grande circulação, como portos, aeroportos e rodovias.

NÚCLEOS ESTADUAIS DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS E POSTOS AVANÇADOS DE ATENDIMENTO HUMANIZADO AO MIGRANTE



Formação e capacitação

O plano prevê a formação continuada de recursos humanos, envolvendo agentes de segurança pública, saúde e assistência social, entre outros. Dentre os temas previstos estão globalização, racismo, gênero, homofobia, migração e direitos humanos.

Outra linha de ação é a inserção do tema educação em direitos humanos nas diretrizes curriculares e a

criação de material voltado para a comunidade escolar sobre enfrentamento ao tráfico de pessoas.

Mobilização e sensibilização

Para produção, gestão e disseminação de informação e conhecimento, o plano prevê apoio, financiamento, desenvolvimento e disseminação de diferentes tipos de pesquisas em parceria com organizações sociais e instituições de ensino superior.

Já foram financiadas, pelo Ministério da Justiça, pesquisas como as "Jornadas Transatlânticas", uma parceria com o Centro Internacional para o Desenvolvimento de Políticas Migratórias (ICMPD), sobre a situação do tráfico internacional entre Brasil, Portugal, Espanha e Itália.

PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO SISTEMA PRISIONAL

Até fevereiro, foram aprovados mais de 70 projetos para construção e ampliação de unidades prisionais, em sistema construtivo convencional, que representam acréscimo de 25.400 vagas, com investimento de R\$ 635 milhões.

Estão em obras as unidades de nove estados: CE, ES, MG, PA, PI, PR, RJ, RS e TO. Para as unidades de AL, BA, GO, MT, RO e SE, as obras já foram autorizadas.

O Governo Federal está doando aos estados os projetos para a construção das 17.100 vagas restantes para cumprir a meta de 42.500 novas vagas até 2014.

MUDANÇA NA LEI SECA

Sancionada em 20 de dezembro de 2012, a nova Lei Seca endurece a fiscalização da embriaguez ao volante. Além do bafômetro, para caracterizar a embriaguez do motorista, são admitidos vídeos e outras provas, como o depoimento do policial, testes clínicos e outros testemunhos.

Qualquer concentração de álcool por litro de sangue sujeita o condutor às penalidades previstas na lei. O condutor poderá realizar a contraprova, submetendo-se ao exame do bafômetro e de sangue para demonstrar que não consumiu acima do limite permitido pela legislação. O valor da multa aplicada ao motorista infrator passou para R\$ 1.915,30. Caso o motorista reincida na mesma infração dentro de um ano, o valor será duplicado, chegando a R\$ 3.830,60, além da suspensão do direito de dirigir por 12 meses.

Reta final dos preparativos para a Copa das Confederações

Primeiros estádios já foram inaugurados

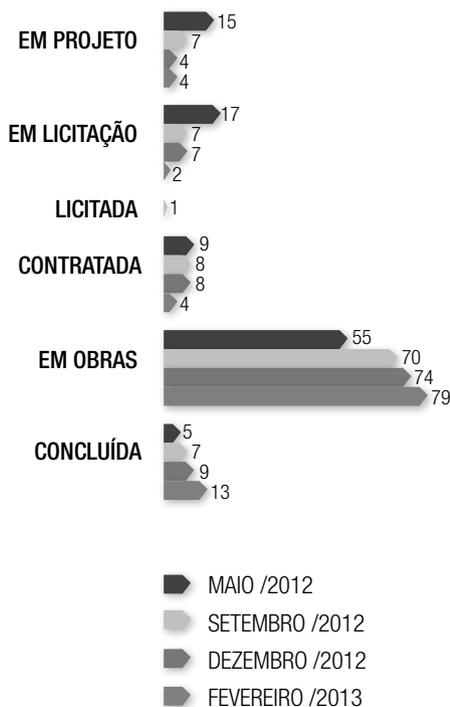
COPA DAS CONFEDERAÇÕES

De 15 a 30 de junho será realizada no país a Copa das Confederações FIFA 2013, com a participação de representantes dos seis continentes – México, Uruguai, Itália, Taiti, Nigéria e Japão –, além da atual campeã do mundo, a Espanha, e o Brasil, como país sede. Esse é o principal evento esportivo antes da Copa do Mundo 2014 e utilizará parte da estrutura construída para o evento.

OBRAS PARA A COPA

As obras para a Copa do Mundo 2014, em estádios, mobilidade urbana, aeroportos e portos continuam avançando. Das 102 previstas, 13 estão concluídas e 79 já estão em obras.

EVOLUÇÃO DAS OBRAS DA COPA 2014



FONTE: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Estádios

Belo Horizonte (MG) e Fortaleza (CE) inauguraram os primeiros estádios. Brasília (DF), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ) e Salvador (BA) concluirão as obras ainda neste semestre. Essas seis cidades receberão os jogos da Copa das Confederações, em junho.



Castelão - CE

Concluído

FABIO LIMA



Mineirão - MG

Concluído

NITRO IMAGENS



Fonte Nova - BA

99% de execução

DAVID CAMPBELL



Estádio Nacional - DF

93% de execução

ADEMIR FIORIGUIES



Arena Pernambuco - PE 90% de execução



Maracanã - RJ 87% de execução



Itaqueroão - SP 66% de execução



Arena Pantanal - MT 62% de execução



Beira Rio - RS 58% de execução



Arena da Baixada - PR 57% de execução



Arena da Amazônia - AM 55% de execução

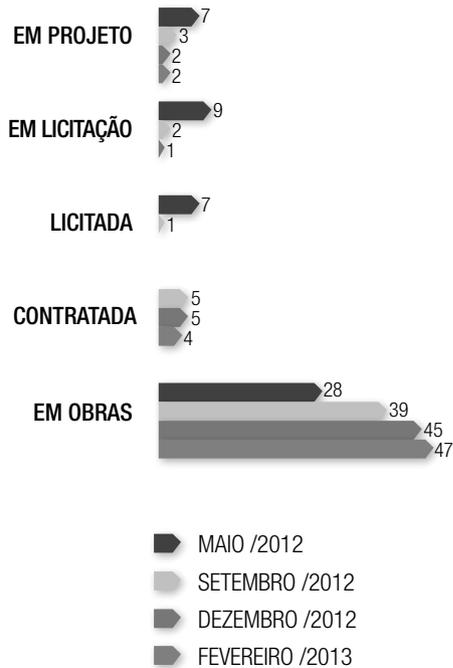


Arena das Dunas - RN 54% de execução

Mobilidade urbana

São 53 obras num total de R\$ 9 bilhões investidos nas cidades-sede e o resultado já começa a ser percebido. Já foram iniciadas 47 delas e as obras em Belo Horizonte, Brasília e Rio de Janeiro serão concluídas até dezembro.

OBRAS EM MOBILIDADE URBANA



FONTE: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

ANA APALUJO

DANIEL BASIL

JUVENAL PEREIRA

JOSE MEDEIROS

GABRIEL HEUSI

LUCAS ELAM

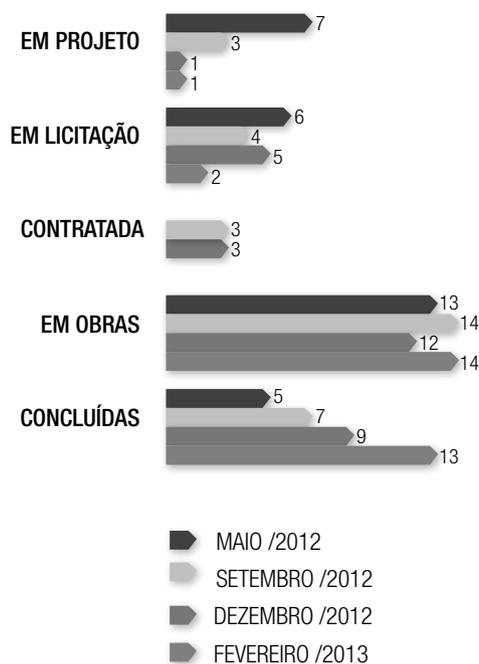
GIDEÃO SOARES

JOBSON GALDINO

Aeroportos

São 30 obras em 13 aeroportos, nas 12 sedes e em Campinas (SP), num investimento total de R\$ 7,35 milhões. Treze obras já foram concluídas, e 14 outras estão em execução. Todas elas ficarão prontas ainda em 2013, com exceção da pista de pouso e decolagem do aeroporto de Porto Alegre (RS), que será concluída no início de 2014.

OBRAS NOS AEROPORTOS



FONTE: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Portos

Estão sendo investidos R\$ 902,8 milhões na modernização de sete portos: Fortaleza, Manaus (AM), Natal (RN), Recife, Rio de Janeiro, Salvador e Santos (SP), que não será sede da Copa, mas está a apenas 70 km de São Paulo (SP). Em seis deles as obras já começaram.

OBRAS NOS PORTOS



FONTE: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Telecomunicações e energia

Já estão em andamento as obras para implantação de comunicação via fibra ótica nas cidades-sede da Copa do Mundo 2014. Nas sedes da Copa das Confederações, as obras estão com 83% da execução concluída. Sete obras prioritárias de transmissão e 158 de distribuição de energia estão em curso, com previsão de conclusão até dezembro de 2013.

OLIMPÍADAS 2016

Sai nova lista do Bolsa Atleta

Foi divulgada a nova lista de beneficiados com 4.992 atletas de 55 modalidades olímpicas e paraolímpicas. Houve um aumento de 17,7% em relação aos 4.243 atletas (de 53 modalidades) atendidos em 2012. O número de mulheres contempladas aumentou para 1.981, um aumento de 237 vagas. O número de atletas paraolímpicos também cresceu: agora são 1.207, 23 novos beneficiados. Pela primeira vez o Programa atenderá todos os 26 estados e o Distrito Federal.

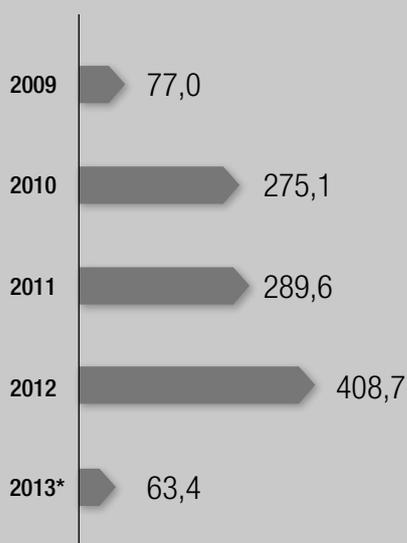
Dos 441 atletas (259 olímpicos e 182 paraolímpicos) que participaram dos Jogos Olímpicos de Londres 2012, 313 (71%) estão na nova lista, que contempla 55 modalidades esportivas.

Mais de 1 milhão de moradias entregues

Além dessas, já foi contratada a construção de mais 1,34 milhão de moradias

O Minha Casa Minha Vida superou a marca de um milhão de moradias entregues. Desde 2009, já são 1,11 milhão de famílias contempladas com a casa própria, e o ritmo de entrega cresce a cada ano. Em 2012, por exemplo, houve um aumento de 41% no número de moradias entregues, em relação a 2011.

MINHA CASA MINHA VIDA – UNIDADES HABITACIONAIS ENTREGUES – 2009-2013 (EM MIL)



FONTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL/MINISTÉRIO DAS CIDADES

*POSIÇÃO EM 28 DE FEVEREIRO



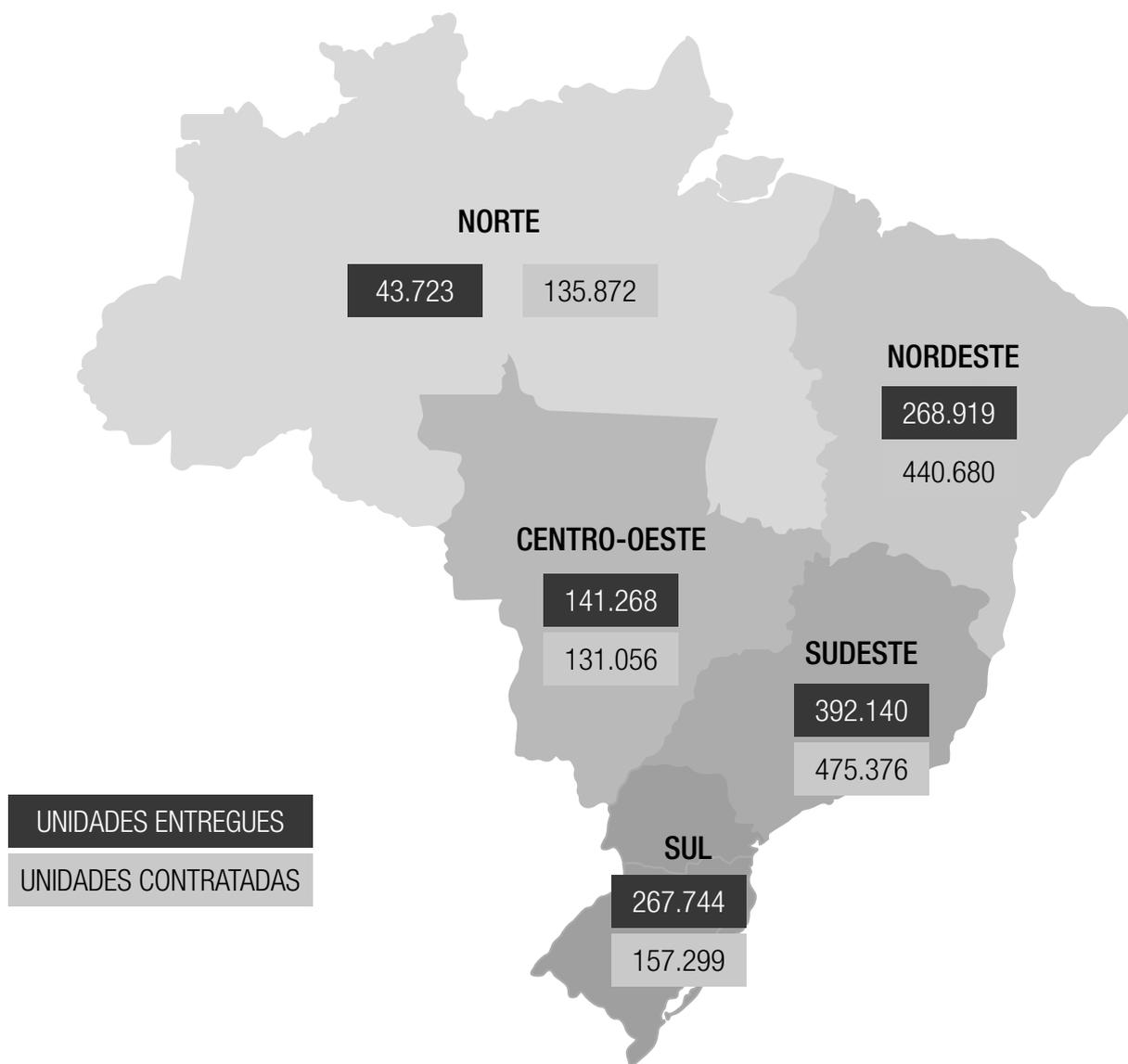
Minha Casa Minha Vida

Unidades habitacionais contratadas

Além das unidades entregues, o Minha Casa Minha Vida já contratou mais 1,34 milhão de unidades habitacionais em todo o país. A maior parte das unidades contratadas (58,2%) é destinada às famílias com renda mensal de até R\$ 1.600 (Faixa 1). A meta do programa é contratar mais 700 mil unidades habitacionais em 2013.

CONSIDERANDO AS MORADIAS ENTREGUES (1,11 MILHÃO) E O TOTAL CONTRATADO (1,34 MILHÃO), JÁ SÃO 2,45 MILHÕES DE MORADIAS FINANCIADAS PELO MINHA CASA MINHA VIDA

DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS UNIDADES ENTREGUES E CONTRATADAS



MINHA CASA MINHA VIDA RURAL: 63,8 MIL MORADIAS NO CAMPO

Até fevereiro, foram entregues 17,5 mil moradias na área rural. Além dessas, estão contratadas outras 46,3 mil moradias em áreas rurais de todo o país.

R\$ 181,1 bilhões em investimentos

Desde 2009, um total de R\$ 153,6 bilhões foi investido pelo Governo Federal no Minha Casa Minha Vida, sendo R\$ 68,3 bilhões em subsídios e R\$ 85,3 bilhões em financiamento.

O restante dos recursos são as contrapartidas dos governos estaduais e municipais e os recursos próprios investidos pelos beneficiários do programa.



Concessões de portos e aeroportos

Redução de custos e aumento da competitividade

AEROPORTOS

No âmbito do Programa de Investimentos em Logística estão sendo adotadas diversas medidas para ampliar a infraestrutura aeroportuária, a oferta de transporte aéreo e melhorar a qualidade dos serviços à população.

Concessões dos aeroportos de Galeão (RJ) e Confins (MG)

O leilão de concessão dos aeroportos de Galeão (RJ) e Confins (MG) deverá ocorrer em setembro de 2013.

Estima-se que serão investidos R\$ 6,6 bilhões no Galeão e R\$ 4,8 bilhões em Confins, em decorrência das concessões. Esses investimentos se somarão aos que já estão sendo efetuados pela Infraero nos dois aeroportos.

A capacidade do Galeão, que atualmente é de 17,4 milhões de passageiros/ano, deverá chegar a 44 milhões de passageiros/ano até a Copa de 2014, em razão dos investimentos da Infraero e, em parte, dos investimentos privados em decorrência da concessão.

O aeroporto de Confins, que atualmente comporta 10,3 milhões de passageiros/ano, estará apto a receber 15,6 milhões de passageiros ainda no fim deste ano, somente com as obras que já estão em andamento.

Nos dois aeroportos, a capacidade de atendimento deverá se expandir ainda mais em relação a esses números, com a realização de todos os investimentos decorrentes das concessões.

Para participar do processo, os consórcios deverão possuir um operador com experiência de gestão em terminais com fluxo de pelo menos 35 milhões de passageiros por ano, com participação acionária de pelo menos 25% do consórcio. Seguindo o modelo de Guarulhos (SP), Viracopos (SP) e Brasília (DF), a Infraero deterá 49% do capital social do Consórcio.

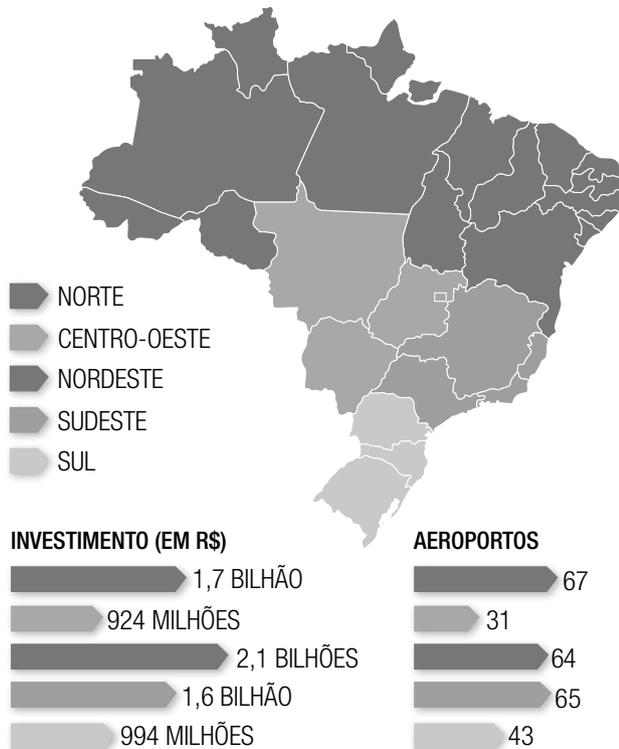
Aeroportos regionais

O fortalecimento da rede de 689 aeroportos públicos regionais (fora das capitais) vai ampliar o acesso da população ao transporte aéreo.

Em uma primeira fase, serão investidos R\$ 7,3 bilhões na infraestrutura de 270 aeroportos regionais. Estão sendo celebrados convênios com estados e municípios para o custeio e a gestão desses aeroportos – até o momento, foram celebrados 55 convênios, 34 com estados e 21 com municípios.

Para estimular a oferta de voos frequentes, o Governo apresentou proposta, submetida à consulta

INVESTIMENTOS EM AEROPORTOS REGIONAIS



pública, que prevê subsídio para rotas entre cidades pequenas e médias do interior. O valor seria condicionado aos assentos ocupados, limitados a 50% da aeronave e a até 60 assentos. O fortalecimento da aviação regional é fundamental para a integração do território nacional, o desenvolvimento de polos regionais, o fortalecimento dos centros de turismo e também para garantir o acesso às comunidades da Amazônia Legal.

Aprimoramentos regulatórios

A regulamentação da aviação geral foi aprimorada, e o Governo apresentou proposta de aperfeiçoamento da aviação regular, submetida à consulta pública, relativa à distribuição de *slots*.

O *slot* é o horário estabelecido para uma aeronave realizar uma operação de chegada ou partida. A proposta apresentada prevê que os *slots* sejam distribuídos anualmente de acordo com critérios de eficiência (regularidade e pontualidade) e participação da empresa nas redes regional e nacional de aviação.



INFRAERO

A proposta é que toda empresa aérea que não cumpra o mínimo de 75% de regularidade em geral, e de 80% em determinado *slot*, tenha o mesmo retirado. Em Congonhas (SP), a proposta é que as exigências sejam de 80% e 90%, respectivamente.

Foi também regulamentado o procedimento de autorização da exploração comercial de aeroportos privados dedicados exclusivamente à aviação geral (táxi aéreo, aviação executiva, formação profissional), que deverá ser precedida de anuência do Departamento de Controle Aéreo do Ministério da Defesa.

Pelas novas regras, a exploração comercial de aeroportos privados é de total responsabilidade do empreendedor, e o tráfego da aviação geral deve ser dimensionado de modo a não interferir no tráfego da aviação regular.

PORTOS

O marco regulatório do setor portuário foi aperfeiçoado de modo a promover a ampliação e modernização da infraestrutura e da gestão portuária. Os objetivos são ampliar a capacidade de movimentação e, ao mesmo tempo, reduzir custos.

Investimentos em portos

Até 2017, estima-se que serão investidos R\$ 54,2 bilhões a partir de concessões e arrendamentos em portos organizados e de autorizações de Terminais de Uso Privado (TUPs). Desse total, a previsão é que R\$ 31 bilhões sejam investidos até 2014/15.

R\$ 54,2 BILHÕES DE INVESTIMENTOS EM PORTOS



NORTE: R\$ 4,4 BILHÕES ATÉ 2014/15 E MAIS R\$ 1,6 BILHÃO ATÉ 2016/17

PA: BELÉM/MIRAMAR/OUTEIRO/SANTARÉM/VILA DO CONDE; AM: ITACOATIARA/MANAUS; AP: MACAPÁ; RO: PORTO VELHO



NORDESTE: R\$ 6,8 BILHÕES ATÉ 2014/15 E R\$ 5,2 BILHÕES ATÉ 2016/17

MA: ITAQUI; BA: ARATU/SALVADOR/PORTO SUL/ILHÉUS; PE: RECIFE/SUAPE; CE: PECÉM; PA: CABEDELO; AL: MACEIÓ



SUDESTE: R\$ 16,5 BILHÕES ATÉ 2014/15 E R\$ 12,1 BILHÕES ATÉ 2016/17

ES: VITÓRIA; RJ: ITAGUAÍ/RIO DE JANEIRO; SP: SANTOS/SÃO SEBASTIÃO



SUL: R\$ 3,4 BILHÕES ATÉ 2014/15 E R\$ 4,3 BILHÕES ATÉ 2016/17

PR: PARANAGUÁ-ANTONINA; SC: IMBITUBA/ITAJAÍ/SÃO FRANCISCO DO SUL; RS: PORTO ALEGRE/RIO GRANDE

A Medida Provisória nº 595/2012 prevê a licitação de concessões e arrendamentos em portos organizados a partir do critério de maior movimentação com menor tarifa, e não pelo maior valor de outorga, como era previsto no marco legal anterior.

Ainda de acordo com a MP 595/2012, os operadores de Terminais de Uso Privado também passam a poder movimentar cargas sem a distinção de classificação como próprias e de terceiros, mediante compromissos de realização de investimentos e de manutenção da prestação de serviço.

A ampliação da concorrência e a promoção de investimentos privados decorrente da medida serão acompanhadas de investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Além dos R\$ 54,2 bilhões já destacados, serão realizados investimentos de R\$ 6,4 bilhões no âmbito do PAC, sendo R\$ 3,8 bilhões em dragagens e R\$ 2,6 bilhões na melhoria de acessos rodoviários e ferroviários.

Reorganização institucional

A MP nº 595/2012 também contempla uma reorganização institucional do setor portuário, com vistas à retomada do planejamento e à melhoria da gestão.

Secretaria de Portos (SEP/PR): possui as atribuições de planejamento, formulação de políticas públicas e de elaboração de diretrizes para o fomento do setor, bem como de execução de programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da infraestrutura portuária.

Antaq: passa a realizar a licitação dos novos arrendamentos e concessões, e também a conduzir os procedimentos de chamada pública para os terminais privados, a partir das diretrizes definidas pela SEP/PR.

Autoridades portuárias: são responsáveis pela administração dos portos organizados, com destaque para o gerenciamento dos acessos terrestres e marítimos e para a coordenação das funções desempenhadas nos portos, atuando como entes orientadores dos serviços prestados por órgãos de Estado e por empresas privadas do condomínio portuário.

Conselhos de Autoridade Portuária (CAPs): formados por representantes dos trabalhadores portuários, dos empresários e do Poder Público, atuarão de forma consultiva às Administrações Portuárias.

Comissão Nacional de Autoridades nos Portos (CONAPORTOS) e Comissões Locais de Autoridades nos Portos (CLAPs): reúnem, respectivamente, as autoridades federais com atuação nos portos e as autoridades de fiscalização em nível local, com o objetivo de monitorar o desempenho da logística nos portos, com foco na harmonização de funções e integração das atividades de entidades e órgãos públicos nos portos.

Comissão Nacional para Assuntos de Praticagem: propõe à Autoridade Marítima medidas para o aperfeiçoamento da regulação do serviço de praticagem e os valores cobrados em cada zona de praticagem, bem como a definição dessas zonas.

Maior capacidade para previsões meteorológicas e mapeamento de risco

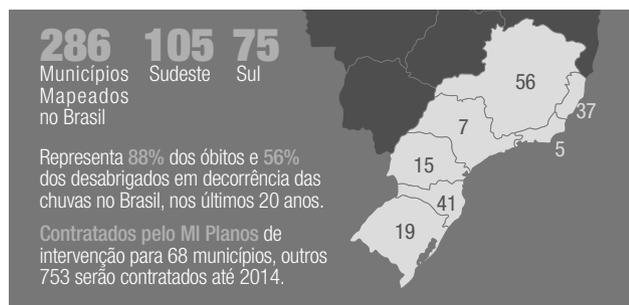
Investimentos em obras de prevenção, mapeamento de riscos, aparelhamento das defesas civis e treinamento da população para agir em casos de desastres

GESTÃO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES NATURAIS

Entre agosto de 2012 e fevereiro de 2013, foram disponibilizados R\$ 7,7 bilhões para obras de prevenção, mapeamento de riscos e preparação de equipes para agir nos territórios afetados. Entre as medidas, estão ações emergenciais e preventivas de defesa civil, obras de drenagem e de contenção de encostas e novas unidades do programa Minha Casa Minha Vida para atender famílias atingidas por desastres naturais.

Mapeamento das áreas de risco

Foram mapeadas as áreas de maior risco de deslizamentos e inundações dos municípios mais afetados por desastres naturais. São 286 municípios, 347.253 moradias em áreas de risco e 5.276 setores de risco. A maioria das ocorrências de desastres foi registrada em 180 municípios das regiões Sul e Sudeste. Os mapas produzidos foram entregues aos estados e municípios.



Risco hidrológico: foi realizado também o mapeamento de áreas de risco de inundações, fornecendo informações sobre a ocorrência e o impacto das inundações

graduais nas bacias hidrográficas de todo o país, nas 27 unidades da federação. Foram montadas 13 salas de situação para acompanhar as tendências hidrológicas, com análise da evolução das chuvas e dos níveis e vazões dos rios e reservatórios. As salas foram implantadas em parceria com a defesa civil dos estados, pelos órgãos gestores de recursos hídricos do Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Goiás, Maranhão, Pará, Pernambuco, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia e Sergipe.

Monitoramento e alerta

Em fevereiro de 2013, 310 municípios, com 2.950 áreas de risco hidrológico e 26.082 áreas de risco de movimentos de massa, estavam sendo monitorados pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden). No prazo de 15 meses, o número de municípios monitorados passou de 56 para 310.

Em janeiro e fevereiro, foram feitos 130 alertas de risco de desastres naturais, com 535 atualizações para os alertas abertos. Durante todo o ano de 2012 foram emitidos 253 alertas, com 913 atualizações.

Municípios monitorados nas regiões Sul e Sudeste com risco de desastres naturais



Preparo da população residente

Em 2012, 8.793 moradores de áreas de risco e técnicos locais foram capacitados e treinados em cursos, oficinas e simulados oferecidos pela Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional, em parceria com coordenadorias estaduais e municipais de defesa civil. Os simulados (2.309 pessoas) e as oficinas (448 técnicos) foram realizados em 13 cidades dos sete estados das regiões Sul e Sudeste, entre os meses de setembro e dezembro de 2012. O objetivo foi capacitar pessoas para atuarem em situações de desastres provocados por chuvas fortes, além de consolidar procedimentos e conteúdos visando à criação de um sistema permanente de monitoramento, alerta e alarme.

Resposta e assistência imediata à população atingida

Para ampliar a capacidade de assistência imediata à população dos municípios afetados por desastres naturais, estão sendo executadas ações de estruturação e preparo das equipes de diversas áreas.

Força Nacional de Emergência: composta por segmentos do Governo com ações relacionadas à defesa civil. A Força Nacional de Emergência está mobilizada, desde o final de 2012, para atender casos de desastres nos estados do RJ e MG.

Força Nacional do SUS: conta com 329 profissionais de saúde – médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem – em 15 equipes de plantão; 428 kits de medicamentos, cada um com capacidade para atender 1,5 mil pessoas por mês; seis hospitais de campanha e seis telefones satelitais para as áreas que apresentem dificuldades para a comunicação. A força já esteve presente em quatro missões relacionadas a desastres naturais, disponibilizou 143 kits de medicamentos e antecipou a liberação de R\$ 13 milhões para custeio do SUS em áreas atingidas no RJ.

Forças Armadas e Força Nacional de Segurança: foram adquiridos módulos com equipamentos para emprego em situações de desastres em todas as regiões do País, compostos de viaturas de comunicação, telefones satelitais, rádios, geradores,

embarcações leves, ambulâncias 4x4, barracas hospitalares, kits de primeiros socorros, rações operacionais, cozinhas de campanha, pontes móveis, tratores e equipamentos para tratamento de água. Esses módulos são empregados nas ações de salvamento, apoio à saúde, apoio aéreo, comunicações, sustentação e engenharia.

Cartão de Pagamento de Defesa Civil: 532 municípios, dos quais 143 entre os prioritários, e 18 estados já possuem o cartão para utilização de recursos em momentos de crise.

Ata de Registro de Preço: estão disponíveis para adesão, facilitando a aquisição de itens para atenção imediata, como cestas básicas, água, colchões etc.

Prevenção

Foram liberados R\$ 3,02 bilhões em investimentos do PAC para obras de macrodrenagem, prevenção de enchentes, enxurradas, alagamentos e contenção de encostas. Mais R\$ 1,5 bilhão selecionado no PAC Prevenção foi disponibilizado pelo Ministério da Integração Nacional. Os recursos são destinados aos principais municípios atingidos por desastres nos seguintes estados: AM, BA, ES, MA, PE, PI, PR, RJ e RS.

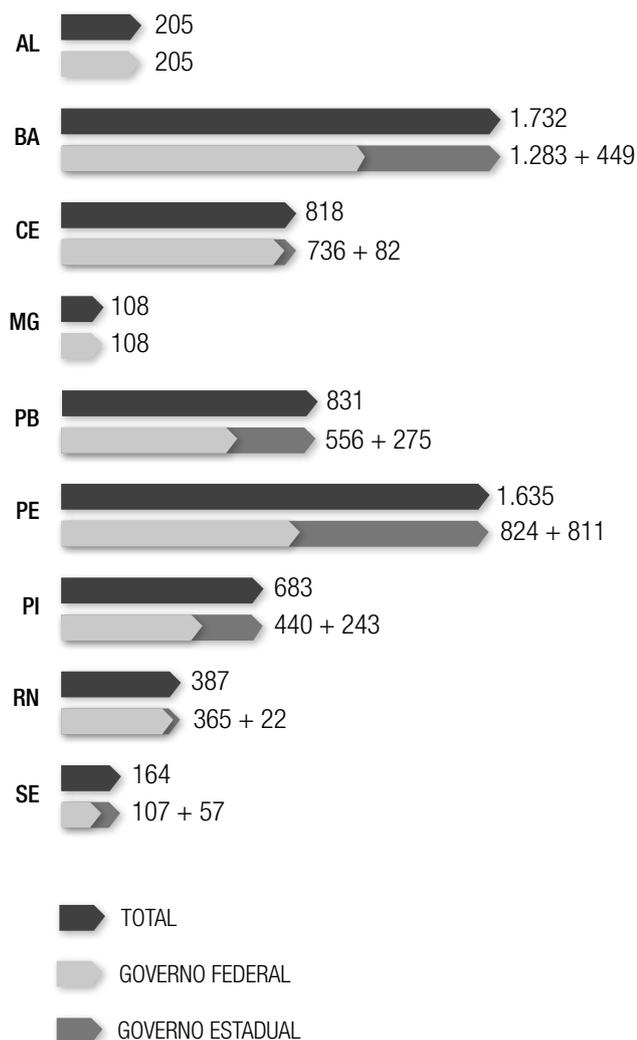
ENFRENTAMENTO AOS EFEITOS DA SECA

Para proteger as famílias dos efeitos da seca do semiárido em todos os estados do Nordeste e em Minas Gerais, estão sendo investidos R\$ 5,5 bilhões em ações emergenciais como oferta de água, apoio aos produtores e linhas de crédito a fim de evitar a paralisação da economia nos municípios atingidos.

Oferta de água

Operação Carro-Pipa: fornecimento de água para comunidades rurais de 1.012 municípios por meio de 6.563 carros-pipa contratados pelo Governo Federal e pelos governos estaduais.

CARROS-PIPA CONTRATADOS – 2012-2013 (ATÉ 01/03/2013)



Fonte: Ministérios da Integração Nacional e da Defesa

Recuperação de poços: transferidos R\$ 60 milhões aos governos estaduais para obras de construção e recuperação emergencial de poços artesianos para armazenagem de água para a população rural.

Construção de cisternas: desde 2011 foram entregues 263.781 cisternas (83.258 em 2011, 152.908 em 2012 e 27.615 em 2013, até 28 de fevereiro). Em 2013, serão construídas e entregues 240 mil cisternas. A meta definida pelo Governo Federal é de 750 mil cisternas instaladas até 2014.

Apoio aos agricultores

Bolsa Estiagem: 881 mil agricultores de 1.316 municípios em situação de emergência inscritos no CadÚnico e detentores de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) estão recebendo o benefício de R\$ 720 em nove parcelas.

Seguro garantia-safra: 769 mil agricultores que tiveram perda de safra decorrente da estiagem e residentes de 1.015 municípios participantes do programa estão recebendo o benefício de R\$ 1.240, pagos em nove parcelas.

Venda de milho: foi prorrogada de 28 de fevereiro para 31 de maio a vigência do programa de venda direta de milho a preços subsidiados para produtores rurais para alimentação dos rebanhos nos municípios da área de atuação da Sudene, no semiárido. Na modalidade "balcão", já foram beneficiados mais de 104 mil produtores com mais de 355,8 mil toneladas de milho.

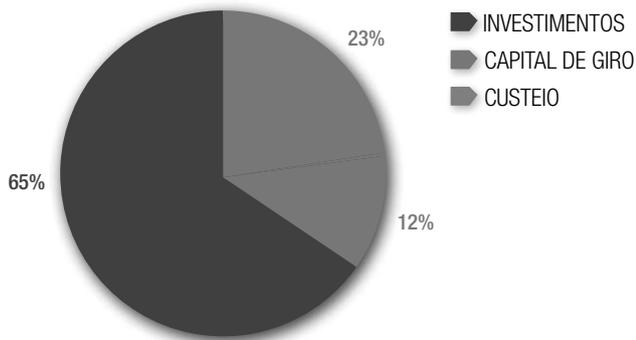
Prorrogação dos vencimentos: foi prorrogado para 2013 o vencimento das operações de crédito rural para agricultores de municípios afetados pela seca. Os agricultores que não pagaram essas parcelas poderão fazê-lo sem juros e sem multas. Todo agricultor que comprovar perda acima de 30% da produção poderá renegociar suas operações de custeio em até cinco parcelas anuais e postergar o vencimento das parcelas de investimento para o final do cronograma de pagamento. Essa prorrogação poderá beneficiar 733.224 operações de crédito, em um total de R\$ 3,02 bilhões.

Linha de Crédito Emergencial

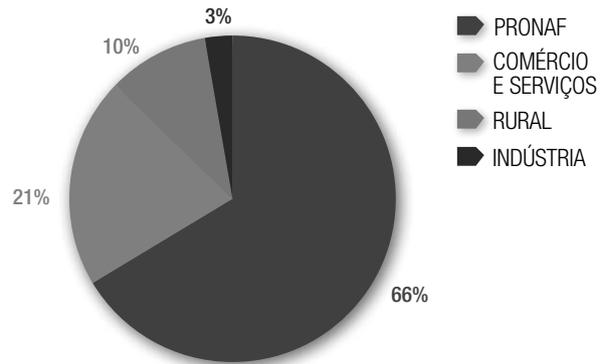
Até fevereiro, foram contratadas 289 mil operações de crédito em 1.327 municípios afetados pela seca, totalizando R\$ 2,18 bilhões emprestados pela linha especial de crédito, que soma R\$ 2,4 bilhões.

Foi aprovada pelo Conselho Monetário Nacional a prorrogação das operações de crédito rural para agricultores de municípios afetados pela seca. Os agricultores familiares podem continuar contratando crédito nessa linha emergencial até 31/5/2013.

DISTRIBUIÇÃO DO CRÉDITO POR MODALIDADE



DISTRIBUIÇÃO DO CRÉDITO POR TOMADOR



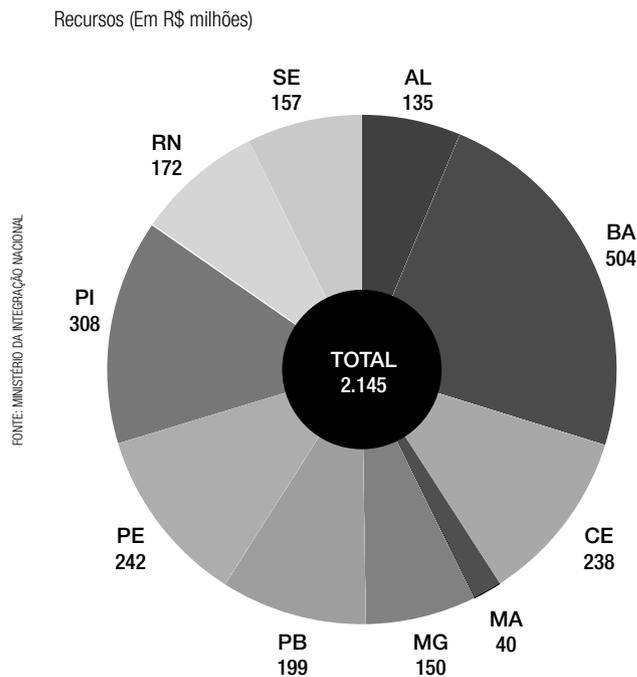
FONTE: MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

PAC Prevenção semiárido

Obras para ampliação da oferta de água nos 10 estados do semiárido (estados do Nordeste e norte de Minas Gerais), no valor de R\$ 2,145 bilhões, foram selecionadas

e contratadas a partir de agosto de 2012. Esses recursos são adicionais aos R\$ 17,9 bilhões em obras estruturantes que já estão sendo investidos pelo PAC no semiárido.

PAC PREVENÇÃO SEMIÁRIDO



Novo impulso para o desenvolvimento rural

Aprimoramento da política de reforma agrária e incentivo à agroindustrialização

NOVAS DIRETRIZES PARA A REFORMA AGRÁRIA

Oferta de serviços públicos em assentamentos

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) terá função de articular a oferta desses serviços em assentamentos novos ou já existentes.

A maior articulação entre o Incra e os Ministérios viabilizará o maior acesso dos assentados aos diversos programas sociais do Governo, como o Bolsa Família, as ações de inclusão produtiva do Brasil sem Miséria, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Bolsa Verde, a Assistência Técnica e o Pronatec. Tornará também mais ágil a implantação da infraestrutura básica nos assentamentos por meio dos programas Minha Casa, Minha Vida, Água para Todos e Luz para Todos.

Identificação das terras destinadas à reforma agrária

A escolha de novas áreas para decretos de desapropriação será precedida de análise de viabilidade pelo Incra, para permitir renda suficiente às famílias assentadas.

Serão avaliados, por exemplo, o tamanho dos lotes, o tipo de produção mais adequada para a região, o acesso à assistência técnica e a programas de compras públicas de alimentos, bem como a políticas como o Minha Casa, Minha Vida, o Luz para Todos e o Água para Todos.

Obtenção de terras para a reforma agrária

Foram fixados valores máximos para pagamento dos imóveis rurais levando-se em consideração a região e o bioma onde está localizado o imóvel. Os novos limites máximos por família são:

- R\$ 40 mil nos biomas Cerrado e Caatinga na região Nordeste.
- R\$ 80 mil nos biomas Amazônia e Mata Atlântica na

região Nordeste, e no Cerrado de Tocantins.

- R\$ 90 mil no bioma Amazônia nas regiões Centro-Oeste e Norte, e no bioma Pampa.
- R\$ 140 mil nas demais regiões.

EXISTEM HOJE NO BRASIL
950 MIL FAMÍLIAS ASSENTADAS
EM 87 MILHÕES DE HECTARES,
60% DESAPROPRIADOS NOS
ÚLTIMOS 10 ANOS

Seleção de famílias candidatas à reforma agrária

Serão priorizados os trabalhadores rurais que, além de inscritos no cadastro do Incra, já estejam no Cadastro Único dos programas sociais do Governo Federal.

Além disso, foi criada uma cota de 5% em novos assentamentos com capacidade acima de 20 famílias para jovens entre 15 e 29 anos (filhos de assentados da reforma agrária ou de agricultores familiares, que estejam no Cadastro Único). Para esse grupo, também será destinada parte de lotes disponíveis nos assentamentos.

CERTIFICAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS ESTÁ MAIS ÁGIL

As regras para a certificação de imóveis rurais pelo Incra ficaram mais simples desde novembro de 2012. O resultado foi um aumento recorde no número de certificações, que passou de uma média de 600 por mês no período entre janeiro e novembro de 2012 para uma média de 2,3 mil no trimestre dezembro de 2012 a fevereiro de 2013.

A certificação oferece segurança jurídica aos proprietários rurais, uma vez que se verifica se o imóvel que está sendo certificado não se sobrepõe a outro já cadastrado pelo Incra. Esse procedimento é exigido

para o registro do imóvel nos casos de compra, venda, desmembramento ou partilha.

Além dos proprietários de terra, a alteração nos procedimentos permite a gestão pública da malha fundiária do País.

PROGRAMA TERRA FORTE

Em fevereiro de 2013, foi lançado o Programa Terra Forte, para estimular a implantação e a modernização de empreendimentos coletivos agroindustriais em assentamentos da reforma agrária.

Os beneficiários são famílias de trabalhadores rurais em projetos de assentamento criados ou reconhecidos pelo Incra. A expectativa é atender 200 cooperativas e associações, com o valor médio de R\$ 1,5 milhão por cooperativa nos próximos cinco anos, beneficiando cerca de 70 mil famílias.

Até 2017, serão investidos R\$ 300 milhões de recursos não-reembolsáveis (oriundos do Fundo Social do BNDES, Fundação Banco do Brasil, MDA, MDS, Incra e Conab), que poderão ser utilizados na organização da produção, capital de giro, apoio técnico para gestão de

Os projetos apoiados pelo Programa Terra Forte serão selecionados por edital de seleção pública. Os interessados podem se inscrever até 30/04/2013. Mais informações em http://www.incra.gov.br/images/phocadownload/servicos/editais/2013/edital_01_20113_terra_forte_pre_projetos.pdf.

empreendimentos, melhoria da infraestrutura dos assentamentos, entre outros. Os assentados terão ainda disponíveis outros R\$ 300 milhões em linhas de crédito do Pronaf.

PAA: As cooperativas e associações participantes do Terra Forte poderão ter o excedente da produção comprado pelo Governo Federal, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). O objetivo é garantir a comercialização da produção e renda às famílias que vivem nos assentamentos da reforma agrária.



MINHA CASA MINHA VIDA CHEGA AOS ASSENTAMENTOS

Até 28 de fevereiro, o programa entregou 17,5 mil moradias na área rural. Além dessas, estão contratadas outras 46,3 mil moradias.

A partir de 8 de fevereiro, além de agricultores familiares e trabalhadores rurais, os assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) também poderão ter acesso à casa própria por meio do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), do Minha Casa Minha Vida.

Os assentados serão enquadrados na Faixa 1

do programa, que oferece subsídio de 96% do financiamento, cujo valor será de R\$ 28,5 mil, podendo chegar a R\$ 30,5 mil para a região Norte do País. Os pagamentos pelos assentados serão em quatro parcelas anuais, com valor de R\$ 285.

Além dos recursos do financiamento, os assentados poderão contar com R\$ 1 mil para assistência técnica e trabalho social. As novas contratações do PNHR, localizadas no semiárido, poderão ser entregues com cisternas de placas.

Investimentos em projetos para o desenvolvimento regional sustentável

Iniciativa estimula o uso da água e do solo para aumentar a produção e gerar emprego e renda

Lançado em novembro de 2012, o Programa Mais Irrigação prevê investimentos de R\$ 10 bilhões para valorizar a economia regional, gerar mais emprego e renda e garantir a produção de alimentos de qualidade.

ESTÍMULO À PRODUÇÃO, DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL E INCLUSÃO SOCIAL NO CAMPO

São R\$ 3 bilhões do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e R\$ 7 bilhões da iniciativa privada a serem investidos em projetos de irrigação para produção agropecuária em 16 estados: os nove estados do Nordeste, além de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Tocantins, Rio Grande do Sul e Roraima.

Abrangendo 538 mil hectares e 66 projetos, o Programa Mais Irrigação está organizado em quatro eixos:

- Parceria público-privada em irrigação.
- Implantação e revitalização.
- Agricultura familiar e pequenos irrigantes.
- Estudos e projetos.

EIXO 1: PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (PPP) EM IRRIGAÇÃO

O programa irá implantar um novo modelo de exploração, unindo o Poder Público e a iniciativa privada para a concessão de perímetros de irrigação.

De modo a diminuir riscos para investidores e potencializar os resultados positivos, as parcerias serão desenvolvidas em duas frentes: exploração agrícola e infraestrutura e operação das áreas.

Exploração agrícola: garante ao vencedor da licitação a cessão de direito real de uso da terra, permitindo sua exploração e a cobrança de tarifa de irrigação competitiva pelo prazo de 45 anos. Em contrapartida, o empreendedor deve realizar a ocupação produtiva da área e garantir a integração de pequenos agricultores em área mínima de 25% do perímetro irrigado.

Infraestrutura e operação: compreende a implantação, a operação e a manutenção da infraestrutura de irrigação pelo prazo de 35 anos, com remuneração definida pela licitação.

Nesse eixo, serão oito projetos em 189 mil hectares para os estados da BA, CE, MG, PE e PI.



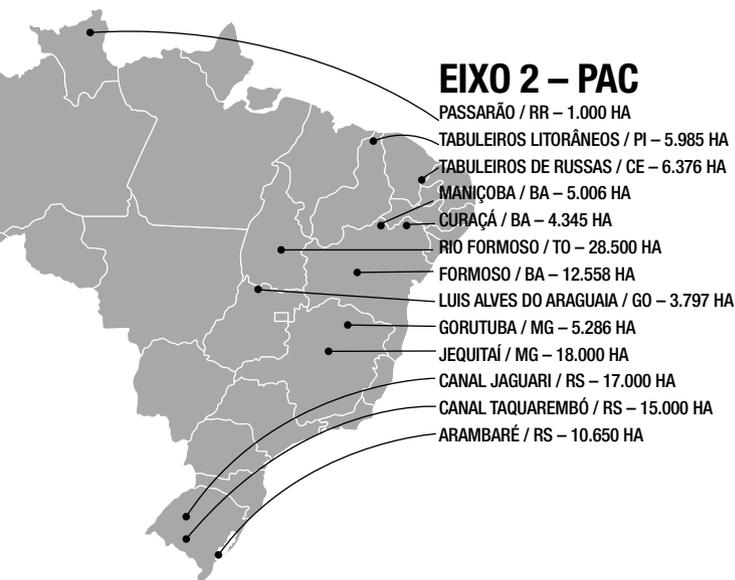
PROJETO PONTAL, EM PETROLINA, JÁ ESTÁ EM FASE DE LICITAÇÃO

Serão investidos R\$ 166 milhões do PAC no projeto Pontal, perímetro localizado em Petrolina (PE), com área de 27.517 hectares. Desse total, 7.811 hectares são irrigáveis com potencial para cultura de algodão, frutas, legumes e hortaliças, além da produção de leite e peixe. A conclusão do projeto está prevista para junho de 2015.

EIXO 2: IMPLANTAÇÃO E REVITALIZAÇÃO

O segundo eixo prevê o fortalecimento e a reestruturação de perímetros públicos já existentes, atualmente inseridos na carteira de projetos do PAC.

São 13 projetos, que abrangem 133 mil hectares em oito estados: BA, CE, GO, MG, PI, TO, RR e RS.

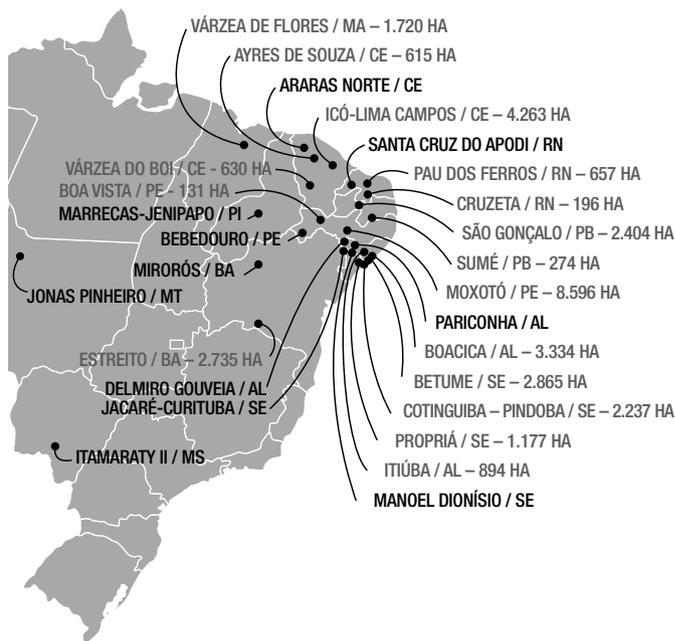


EIXO 3: AGRICULTURA FAMILIAR E PEQUENOS IRRIGANTES

No terceiro eixo, estão previstas ações de implantação e otimização de perímetros de interesse social. Serão beneficiados pequenos produtores familiares, que terão apoio e incentivos para produzir de forma eficiente, gerando emprego, renda e qualidade de vida.

São 27 projetos, dos quais 25 estão na região Nordeste, abrangendo 61 mil hectares em 11 estados: AL, BA, CE, MA, MS, MT, PB, PE, PI, RN e SE.

27 PROJETOS, INVESTIMENTOS NOVOS EM 16

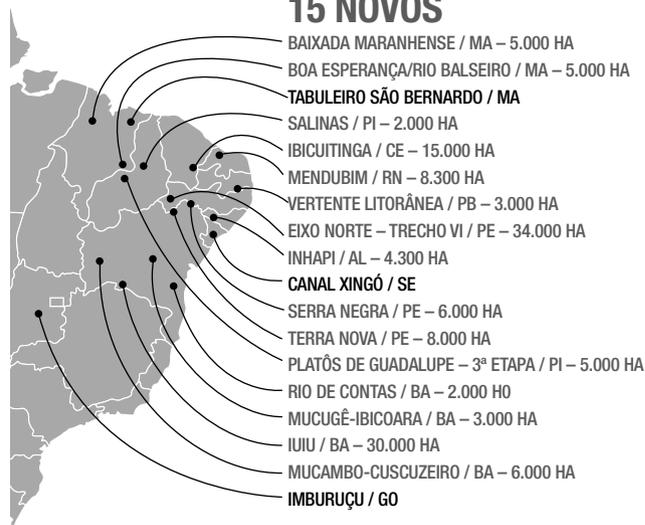


EIXO 4: ESTUDOS E PROJETOS

No quarto eixo, está prevista a elaboração de estudos e projetos para criar uma carteira para a implantação de perímetros de irrigação.

Serão 18 projetos, sendo 15 novos, que abrangem 155 mil hectares.

18 PROJETOS, 15 NOVOS





Parceria com estados e municípios

Governo Federal disponibiliza mais recursos para o investimento em serviços e obras públicas

NOVAS PREFEITAS E PREFEITOS EM BRASÍLIA

Em janeiro de 2013, o Governo Federal promoveu um encontro que contou com a presença de mais de cinco mil Prefeitas e Prefeitos que iniciam o mandato 2013/2016, além de gestores municipais das diversas áreas.

O evento teve a finalidade de compartilhar informações sobre os principais planos e programas do Governo Federal disponibilizados aos municípios, para promover o crescimento e o desenvolvimento integrado.

Com a participação de diversos Ministérios, Secretarias e Órgãos do Governo Federal, ocorreram 51 palestras, 103 oficinas temáticas, 40 mesas redondas de boas práticas e 190 exposições.

Novas seleções para investimentos

Os municípios contarão com mais apoio para investimentos ao longo de 2013, com as diversas seleções que contemplarão: novas contratações do Minha Casa Minha Vida; recursos para novas creches e quadras de esporte nas escolas; fornecimento de motoniveladoras e retroescavadeiras; obras de pavimentação urbana e de saneamento;

construção de Centros de Iniciação ao Esporte; apoio aos projetos de cidades digitais; reforma, ampliação e construção de novas Unidades Básicas de Saúde.

MINHA CASA MINHA VIDA

Na seleção para municípios de até 15 mil habitantes poderão ser apresentadas até duas propostas com até 30 unidades habitacionais cada. Já para os municípios com população entre 15 e 50 mil habitantes, a cota foi de até duas propostas com até 60 unidades habitacionais cada. Novas seleções ainda serão abertas. Nas duas ofertas realizadas anteriormente, 2.909 municípios tiveram propostas aprovadas, num total de 163.419 moradias.

Para os municípios com mais de 50 mil habitantes, serão 800 mil moradias a contratar até 2014 para a faixa de renda até R\$ 1.600.

Dívidas previdenciárias

Em março, teve início o encontro de contas previdenciárias entre União e municípios, que deve beneficiar 833 municípios. Até dezembro, deverão estar compensadas as dívidas de 95% das prefeituras envolvidas.

Cidades históricas

Com inclusão no PAC, será destinado R\$ 1 bilhão para obras de restauração dos monumentos e requalificação dos espaços públicos das 44 cidades históricas. Ainda, outros R\$ 300 milhões serão disponibilizados para obras em edifícios privados.

NOVAS MEDIDAS AMPLIAM OS RECURSOS PARA INVESTIMENTO

Ampliados os limites no Programa de Ajuste Fiscal 2012/2014

Por ocasião da revisão dos Programas de Ajuste Fiscal de 2012-2014, o Governo Federal ampliou para R\$ 60,9 bilhões o limite para contratação de operação de crédito de 23 Estados.

A ampliação permitirá a elevação dos investimentos estaduais em áreas como infraestrutura, saneamento ambiental, habitação e mobilidade urbana.

PROINVESTE - Financiamento para o investimento

O Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal (PROINVESTE) já contratou R\$ 18,1 bilhões, contemplando operações em 24 dos 27 Estados. Em 2012, foram liberados R\$ 6 bilhões. Em 2013, deverão ser liberados de R\$ 9 bilhões a R\$ 10 bilhões.

O cálculo para a distribuição dos recursos entre os Estados considerou:

- 40%: Mesmos critérios do Fundo de Participação dos Estados (FPE).
- 40%: Quantitativo populacional.
- 20%: Divididos igualmente entre todos os 27 Estados.

Estado	Limite autorizado (em R\$ milhões)
AC	452,59
AL	611,82
AM	517,49
AP	449,18
BA	1.487,69
CE	1.089,58
DF	311,15
ES	415,56
GO	627,39
MA	1.001,34
MG	1.326,39
MS	357,42
MT	460,07
PA	955,05
PB	689,22
PE	1.069,07
PI	624,64
PR	816,83
RJ	940,96
RN	615,24
RO	438,92
RR	365,50
RS	785,02
SC	512,58
SE	567,30
SP	1.958,62
TO	553,37
TOTAL	20.000,00



Brasil e o mundo

Agenda multilateral intensa, com destaque para as Cúpulas CELAC–União Europeia, América do Sul–Países Árabes e América do Sul–África

AGENDA REGIONAL E MULTILATERAL

XXII Cúpula Ibero-americana

Realizada nos dias 16 e 17 de novembro de 2012, em Cádiz, Espanha, a XXII Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Conferência Ibero-americana contou com a participação do Brasil.

A Conferência contribuiu para reestruturar o foro de diálogo entre a América Latina e a Europa Ibérica e para avançar na cooperação e no diálogo político, econômico e cultural entre seus membros.

VI Reunião Ordinária da UNASUL

A VI Reunião Ordinária do Conselho de Chefes de Estado e de Governo da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) foi realizada em Lima, em 30 de novembro. A UNASUL congrega os 12 estados sul-americanos, que contam, juntos, com 400 milhões de habitantes e PIB total estimado em US\$ 4,3 trilhões. Em 2011, o volume de comércio entre o Brasil e os demais membros do bloco foi de US\$ 76 bilhões, um crescimento de 65% em comparação com 2009.

Conferência Internacional Anticorrupção

Foi realizada em Brasília (DF), entre 7 e 10 de novembro, a 15ª edição da IACC – *International Anti-Corruption Conference* –, conferência organizada por um colegiado que envolveu a Controladoria-Geral da União (CGU), a Transparência Internacional e duas outras ONGs nacionais. O Brasil é signatário e faz parte dos principais instrumentos internacionais de combate à corrupção:

a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção; a Convenção Interamericana contra a Corrupção; a Convenção sobre o Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, da OCDE; e o Grupo de Trabalho de Combate à Corrupção do G-20.

Conferência de Doha sobre mudança do clima

O Brasil manteve uma participação ativa nas negociações sobre o esforço internacional de combate ao aquecimento global na Conferência de Doha, no Catar, em dezembro de 2012. O País atuou na coordenação dos países em desenvolvimento (G77) nas negociações sobre o Protocolo de Quioto, que levaram à definição de novas metas para a redução das emissões de gases de efeito estufa dos países desenvolvidos.

A próxima Convenção será em Varsóvia, Polônia, de 11 a 22 de novembro de 2013.

Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul

Foi realizada em Brasília, em 7 de dezembro de 2012, a Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados. O encontro foi precedido pela XLIV Reunião do Conselho do Mercado Comum.

Um dos principais resultados da Cúpula de Brasília foi dar início às negociações para a adesão da Bolívia como Estado Parte do Bloco. Na mesma oportunidade, Guiana e Suriname expressaram formalmente sua intenção de se tornarem Estados Associados do Mercosul.

Paralelamente, aconteceram a Cúpula Social e o Fórum Empresarial do Mercosul. A Cúpula Social debateu

a integração cidadã no bloco, dando especial ênfase aos temas trabalho, educação e saúde. Já o Fórum priorizou os temas infraestrutura e logística, agronegócio, energia e inovação.

I Cúpula CELAC–União Europeia

Em 26 e 27 de janeiro, o Brasil participou, em Santiago, da I Cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC)–União Europeia (UE). Sob o tema “Aliança para um desenvolvimento sustentável: promovendo investimentos de qualidade social e ambiental”, a Cúpula adotou o Plano de Ação CELAC–UE para o biênio 2013-2014, marcando uma nova etapa do diálogo birregional, fortalecido após a criação da CELAC, em 2011.

VI Cúpula Brasil–União Europeia

Foi realizada, em 24 de janeiro, em Brasília, a VI Cúpula Brasil–União Europeia. Na ocasião, foram recebidos o Presidente do Conselho Europeu e o Presidente da Comissão Europeia. Foram discutidos a situação econômica e financeira internacional, temas da agenda do G-20 e questões birregionais, inclusive o andamento das negociações para um Acordo de Associação Mercosul–União Europeia.

Os três Presidentes examinaram as iniciativas para aprofundar a cooperação bilateral em áreas como educação, ciência, tecnologia, inovação e direitos humanos.

Adesão do Brasil ao Tratado de Amizade e Cooperação do Sudeste Asiático (TAC)

Foi realizada, em novembro de 2012, no âmbito da XXI Cúpula da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), em Phnom Penh, Camboja, a cerimônia de adesão do Brasil ao Tratado de Amizade e Cooperação do Sudeste Asiático (TAC), refletindo o interesse em aprofundar e intensificar as relações com a ASEAN nos campos econômico-comercial, cultural, educacional, de energias renováveis, cooperação técnica e em temas sociais.

III Cúpula América do Sul–África (ASA)

O Brasil participou da III Cúpula América do Sul–África (ASA), realizada em Malabo, na Guiné Equatorial, em 22 de fevereiro de 2013. O tema da Cúpula foi “América

do Sul e África: mecanismos e instrumentos para reforçar a Cooperação Sul–Sul”. Paralelamente, o Foro América do Sul–África para o Desenvolvimento Econômico e Comercial reuniu empresários, associações empresariais, autoridades governamentais e instituições internacionais voltadas para o financiamento e a implementação de projetos de desenvolvimento.

A ASA, criada em 2006, congrega 66 países, cerca de um terço dos membros das Nações Unidas, população de 1,4 bilhão de habitantes e um PIB de US\$ 6 trilhões.

AGENDA BILATERAL

Visita à Espanha

Em 19 de novembro de 2012, a Presidenta Dilma Rousseff visitou Madri, onde se reuniu com o Presidente de Governo e com o Rei da Espanha.

A agenda tratou do aprofundamento do diálogo político bilateral e de parcerias em: ciência, tecnologia e inovação; educação; defesa; e comércio e investimentos. A visita serviu, ainda, para consolidar os êxitos alcançados no tratamento dispensado a viajantes brasileiros.

Visita à Argentina

Em 28 de novembro de 2012, ocorreu uma visita oficial à Argentina para a XVIII Conferência Industrial Argentina, quando também foi realizada uma reunião de trabalho com a Presidenta da Argentina.

O Brasil é o principal parceiro comercial da Argentina. O intercâmbio comercial entre os países atingiu US\$ 34,5 bilhões em 2012. O comércio bilateral caracteriza-se pela qualidade das transações, compostas majoritariamente por bens industrializados. Juntos, os dois países equivalem a aproximadamente 60% da população, 64% do território e 70% do PIB da América do Sul.

Visita à França

Nos dias 11 e 12 de dezembro de 2012, houve uma visita de Estado à França, onde ocorreram encontros com o Presidente da República, os Presidentes do Senado e da Assembleia Nacional e o Prefeito de Paris.

Houve, ainda, uma participação no seminário organizado pela Fundação Jean-Jaurès e pelo Instituto Lula e de simpósio promovido pelo Movimento das Empresas da França (MEDEF).

A visita permitiu o aprofundamento da parceria estratégica entre os dois países, que abrange iniciativas de cooperação em defesa, energia, comércio, desenvolvimento sustentável e ciência, tecnologia e inovação, bem como nas áreas espacial, educacional, cultural e transfronteiriça.

A França é um dos principais destinos de estudantes e pesquisadores brasileiros no âmbito do Programa “Ciência sem Fronteiras”. Entre os acordos assinados durante a visita, destacam-se os relativos à educação básica; recepção, na França, de estudantes bolsistas brasileiros para formação de futuros professores; e cooperação transfronteiriça em matéria de socorro de emergência.

Visita à Rússia

Ocorreu uma visita oficial à Federação da Rússia em 13 e 14 de dezembro de 2012, onde, em reunião com o Presidente e com o Primeiro-Ministro, foi discutido o aprofundamento da parceria estratégica entre os dois países, com ênfase em iniciativas de modernização das estruturas produtivas e capacitação profissional, bem como temas de interesse global, como a situação no Oriente Médio e a crise financeira internacional.

Durante a visita, foram assinados o Plano de Ação da Parceria Estratégica, o Plano de Consultas Políticas entre as Chancelarias e o acordo de cooperação em defesa, entre outros instrumentos.

Visita ao Chile

Em 26 de janeiro de 2013, ocorreu uma visita oficial a Santiago do Chile. Na ocasião, foram assinados acordos nas áreas de educação, cultura e cooperação científica no continente antártico.

As relações entre o Brasil e o Chile se intensificaram na última década: o intercâmbio comercial bilateral atingiu US\$ 8,7 bilhões em 2012 e o Brasil concentra o 2º maior estoque de investimentos externos chilenos no mundo, com US\$ 12 bilhões.

Visita do Presidente do Governo da Rússia

Entre 19 e 21 de fevereiro de 2013, o Presidente do Governo da Federação da Rússia realizou uma visita ao Brasil, para participar da VI Reunião da Comissão de Alto Nível (CAN), co-presidida pelo Vice-Presidente da República. No dia 20, o Presidente do Governo da Rússia foi recebido pela Presidenta.

Durante a visita, foram assinados atos sobre cooperação técnico-militar em defesa antiaérea e cooperação na implementação do Programa “Ciência sem Fronteiras”, entre outros.

Visita à Nigéria

Em 22 de fevereiro de 2013, ocorreu uma visita oficial a Abuja, Nigéria, para encontro com o Presidente daquele país. Os dois Presidentes ressaltaram a importância da criação do Mecanismo para o Diálogo Estratégico entre os dois países e expressaram satisfação com o estreitamento constante do relacionamento nos últimos 52 anos, desde o estabelecimento das relações diplomáticas, em 1961.

Manifestaram, ainda, o compromisso de expandir a cooperação em várias áreas. A Nigéria é o principal parceiro comercial do Brasil na África.

ATUAÇÃO HUMANITÁRIA

Assistência humanitária ao Haiti e a Cuba

Em novembro de 2012, o Brasil enviou assistência humanitária às vítimas do furacão “Sandy” no Haiti e em Cuba. Para o Haiti, foram remetidos recursos no valor de US\$ 100 mil para a realização de compras locais e distribuição de insumos prioritários no atendimento aos flagelados. Os recursos para Cuba, também da ordem de US\$ 100 mil, foram encaminhados por meio da Cruz Vermelha Internacional, para atividades de cooperação humanitária de caráter emergencial.

Ainda em novembro de 2012, foram doados a Cuba, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA) das Nações Unidas, 25 mil toneladas de arroz, para o reforço de programas de segurança alimentar e nutricional.



ECONÔMICA E FINANCEIRA

MEDIDAS PROVISÓRIAS

587, de 9.11.2012	<ul style="list-style-type: none"> Autoriza o pagamento de valor adicional ao Benefício Garantia-Safra para a safra 2011/2012 e amplia para o ano de 2012 o Auxílio Emergencial Financeiro, para atendimento à população atingida pela seca (Lei nº 10.954/2004).
589, de 13.11.2012	<ul style="list-style-type: none"> Dispõe sobre o parcelamento de débitos, junto à Fazenda Nacional, relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
594, de 6.12.2012	<ul style="list-style-type: none"> Amplia as medidas relativas ao Programa de Revitalização de Empresa (Revitaliza). Aperfeiçoa regras do Programa de Sustentação do Investimento (PSI).
597, de 26.12.2012	<ul style="list-style-type: none"> Concede tratamento tributário mais benéfico à participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa.
599, de 27.12.2012	<ul style="list-style-type: none"> Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, para compensar perdas de arrecadação decorrentes da redução das alíquotas nas operações e prestações interestaduais relativas ao ICMS. Institui o Fundo de Desenvolvimento Regional, com vistas ao fim da chamada "guerra fiscal".
600, de 28.12.2012	<ul style="list-style-type: none"> Prorroga o Programa Emergencial de Reconstrução. Constitui fonte adicional de recursos para a ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal. Propõe dispositivos para a realização de investimentos em infraestrutura aeroportuária e aeronáutica civil por meio da gestão do Banco do Brasil.
601, de 28.12.2012	<ul style="list-style-type: none"> Prorroga o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra). Desonera a folha de pagamentos dos setores da construção civil e comércio varejista. Reduz as alíquotas do regime especial de tributação da construção civil.
603, de 18.1.2013	<ul style="list-style-type: none"> Amplia o Benefício Garantia-Safra para a safra 2011/2012. Amplia o Auxílio Emergencial Financeiro para a safra 2011/2012. Estabelece medidas para a aquisição de milho em grãos para o atendimento aos pequenos criadores situados nos Municípios da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).
606, de 18.2.2013	<ul style="list-style-type: none"> Autoriza a concessão de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em projetos de infraestrutura logística direcionados a obras de rodovias e ferrovias objetos de concessão pelo Governo Federal. Dispõe sobre o Seguro de Crédito à Exportação. Autoriza a oferta de cursos técnicos de nível médio por instituições privadas de ensino superior no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).
608, de 28.2.2013	<ul style="list-style-type: none"> Estabelece mecanismos e compatibiliza a legislação brasileira às regras de Basileia III, que gera maior segurança na regulação do sistema financeiro.

LEIS

12.741, de 8.12.2012	<ul style="list-style-type: none">• Dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor sobre tributos em nota fiscal.
12.761, de 27.12.2012	<ul style="list-style-type: none">• Institui o Programa de Cultura do Trabalhador.• Cria o Vale-Cultura.
12.780, de 9.1.2013	<ul style="list-style-type: none">• Trata das medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paralímpicos de 2016.
12.788, de 14.1.2013	<ul style="list-style-type: none">• Permite a depreciação acelerada dos veículos automotores para transportes de mercadorias e dos vagões, locomotivas e outros veículos férreos com o objetivo de incentivar o investimento.
12.789, de 21.2.2013	<ul style="list-style-type: none">• Estabelece a prestação de auxílio financeiro pela União aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios no exercício de 2012, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

DECRETOS

7.837, de 9.11.2012	<ul style="list-style-type: none">• Regulamenta o aporte de recursos da União e o valor do benefício Garantia-Safra, para a safra 2011/2012.
7.844, de 13.11.2012	<ul style="list-style-type: none">• Regulamenta a repactuação do parcelamento dos débitos previdenciários para o município em situação de emergência ou estado de calamidade pública em decorrência de seca, estiagem prolongada ou outros eventos climáticos extremos.
7.854, de 4.12.2012	<ul style="list-style-type: none">• Dispõe sobre a depreciação acelerada das máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, para incentivar o investimento.
7.866, de 19.12.2012	<ul style="list-style-type: none">• Regulamenta a Lei que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015.
7.870, de 19.12.2012	<ul style="list-style-type: none">• Atualiza os parâmetros para o regime especial de tributação de bebidas frias.
7.872, de 26.12.2012	<ul style="list-style-type: none">• Dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo.
7.877, de 27.12.2012	<ul style="list-style-type: none">• Regulamenta a incidência da contribuição previdenciária sobre a receita devida pelas empresas.
7.879, de 27.12.2012	<ul style="list-style-type: none">• Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Ipi).
7.882, de 28.12.2012	<ul style="list-style-type: none">• Regulamenta a rotulagem das embalagens de papel destinado à impressão de livros e periódicos.

DECRETOS (CONTINUAÇÃO)

7.890, de 18.1.2013	<ul style="list-style-type: none"> Altera a regulamentação do aporte de recursos da União e o valor do benefício Garantia-Safra, para a safra 2011/2012.
7.897, de 1.2.2013	<ul style="list-style-type: none"> Regulamenta a constituição de gravames e ônus sobre ativos financeiros e valores mobiliários em operações realizadas no âmbito do mercado de valores mobiliários ou do sistema de pagamentos brasileiro, trazendo maior segurança ao estabelecimento de garantias.
7.913, de 7.2.2013	<ul style="list-style-type: none"> Aperfeiçoa a regulamentação relativa ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (PADIS), concedendo isenção do imposto de renda e reduzindo a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS e do IPI.
7.920, de 15.2.2013	<ul style="list-style-type: none"> Cria o Conselho Interministerial de Estoques Públicos de Alimentos (CIEP), com o objetivo de definir as condições para compra e venda de estoques públicos de alimentos.
7.921, de 15.2.2013	<ul style="list-style-type: none"> Regulamenta a aplicação do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL - Redes).
7.923, de 18.2.2013	<ul style="list-style-type: none"> Altera a regulamentação do Regime Especial para a Indústria Aeronáutica Brasileira (RETAERO), ampliando o seu escopo da indústria aeronáutica para a indústria aeroespacial.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

238 / 2013	<ul style="list-style-type: none"> Aperfeiçoa os mecanismos do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) para reduzir a chamada “guerra fiscal”. Aperfeiçoa a Lei de Responsabilidade Fiscal. Permite a alteração das regras de indexação dos contratos de refinanciamento da dívida dos estados e municípios com a União.
------------	---

SOCIAL

MEDIDAS PROVISÓRIAS

586, de 8.11.2012	<ul style="list-style-type: none"> Dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.
593, de 5.12.2012	<ul style="list-style-type: none"> Altera o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), para ampliar o rol de beneficiários e ofertantes da Bolsa-Formação Estudante.
607, de 19.2.2013	<ul style="list-style-type: none"> Modifica o Benefício para Superação da Extrema Pobreza, para que todas as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família façam jus ao valor complementar necessário ao alcance da renda de setenta reais mensais <i>per capita</i>.

LEIS

12.732, de 22.11.2012	<ul style="list-style-type: none">• Dispõe sobre o primeiro tratamento de paciente com neoplasia maligna comprovada e estabelece prazo para seu início, tornando obrigatório o tratamento, em até 60 dias, de pacientes diagnosticados com câncer, na rede de atendimento do SUS.
12.738, de 30.11.2012	<ul style="list-style-type: none">• Torna obrigatório o fornecimento de bolsas de colostomia, ileostomia e urostomia, de coletor de urina e de sonda vesical pelos planos privados de assistência à saúde.
12.760, de 20.12.2012	<ul style="list-style-type: none">• Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, aumentando o valor das multas aplicáveis nos casos de embriaguez ao volante e permitindo que a verificação da condição de embriaguez seja feita, inclusive por meio de prova testemunhal.
12.764, de 27.12.2012	<ul style="list-style-type: none">• Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

DECRETOS

7.852, de 30.11.2012	<ul style="list-style-type: none">• Altera o Programa Bolsa Família para aperfeiçoar a estrutura do funcionamento nos municípios.
7.855, de 5.12.2012	<ul style="list-style-type: none">• Dispõe sobre as competências, a composição e o funcionamento do Conselho Deliberativo de Formação e Qualificação Profissional.

INFRAESTRUTURA**MEDIDAS PROVISÓRIAS**

591, de 29.11.2012	<ul style="list-style-type: none">• Altera a Medida Provisória nº 579/2012, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e a modicidade tarifária.
592, de 3.12.2012	<ul style="list-style-type: none">• Determina novas regras de distribuição entre os entes da Federação dos <i>royalties</i> e da participação especial decorrentes da exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de concessão.• Disciplina a destinação dos recursos do Fundo Social.
595, de 6.12.2012	<ul style="list-style-type: none">• Dispõe sobre a exploração direta e indireta, pela União, de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários, bem como fornece outras providências.
605, de 23.1.2013	<ul style="list-style-type: none">• Altera a Lei nº 10.438/02, na parte em que cria a Conta de Desenvolvimento Energético e estabelece seus objetivos.

LEIS

12.731, de 21.11.2012	<ul style="list-style-type: none"> • Institui o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (SIPRON).
12.734, de 30.11.2012	<ul style="list-style-type: none"> • Determina novas regras de distribuição entre os entes da Federação dos <i>royalties</i> e da participação especial, devidos em função da exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos. • Aprimora o marco regulatório sobre a exploração desses recursos no regime de partilha.
12.743, de 19.12.2012	<ul style="list-style-type: none"> • Modifica a denominação da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. (ETAV) para Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL), e amplia suas competências.
12.745, de 19.12.2012	<ul style="list-style-type: none"> • Autoriza a criação da empresa pública Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. (CEITEC). • Dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução, pelos estados, Distrito Federal e municípios, de ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).
12.766, de 27.12.2012	<ul style="list-style-type: none"> • Altera as normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública, para dispor sobre o aporte de recursos em favor do parceiro privado.
12.767, de 27.12.2012	<ul style="list-style-type: none"> • Dispõe sobre a extinção das concessões de serviço público de energia elétrica e a prestação temporária do serviço. • Dispõe sobre a intervenção para adequação do serviço público de energia elétrica.
12.783, de 11.1.2013	<ul style="list-style-type: none"> • Dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária.
12.787, de 11.1.2013	<ul style="list-style-type: none"> • Institui a Política Nacional de Irrigação.

DECRETOS

7.836, de 9.11.2012	<ul style="list-style-type: none"> • Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) a serem executadas por meio de transferência obrigatória.
7.840, de 12.11.2012	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelece a aplicação de margem de preferência em licitações realizadas no âmbito da administração pública federal para a aquisição de perfuratrizes e patrulhas mecanizadas.
7.841, de 12.11.2012	<ul style="list-style-type: none"> • Dispõe sobre a margem de preferência para a aquisição de retroescavadeiras e motoniveladoras.

DECRETOS (CONTINUAÇÃO)

7.843, de 12.11.2012	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelece a aplicação de margem de preferência em licitações realizadas no âmbito da administração pública federal para a aquisição de disco para moeda.
7.850, de 30.11.2012	<ul style="list-style-type: none"> • Dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária.
7.860, de 6.12.2012	<ul style="list-style-type: none"> • Cria a Comissão Nacional para Assuntos de Praticagem, com o objetivo de elaborar propostas sobre regulação de preços, abrangência das zonas e medidas de aperfeiçoamento relativas ao serviço de praticagem.
7.861, de 6.12.2012	<ul style="list-style-type: none"> • Institui a Comissão Nacional das Autoridades nos Portos (CONAPORTOS). • Dispõe sobre a atuação integrada dos órgãos e entidades públicos nos portos organizados e instalações portuárias.
7.863, de 8.12.2012	<ul style="list-style-type: none"> • Dispõe sobre o Regulamento e o Quadro Demonstrativo dos Cargos Comissionados e dos Cargos Comissionados Técnicos da Agência Nacional de Transportes Aquaviários.
7.871, de 21.12.2012	<ul style="list-style-type: none"> • Dispõe sobre as condições de delegação da exploração de aeródromos civis públicos por meio de autorização.

INTERNACIONAL**DECRETOS DE PROMULGAÇÃO**

7.858, de 6.12.2012	<ul style="list-style-type: none"> • Promulga o Regulamento do Fundo de Agricultura Familiar do MERCOSUL (FAF MERCOSUL).
7.875, de 27.12.2012	<ul style="list-style-type: none"> • Altera o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, prorrogando o prazo final do período de transição para a implementação do Acordo para 31 de dezembro de 2015.
7.906, de 4.2.2013	<ul style="list-style-type: none"> • Promulga o Tratado de Transferência de Pessoas Condenadas e Execução de Penas Impostas por Julgamentos com o Reino dos Países Baixos.
7.934, de 19.2.2013	<ul style="list-style-type: none"> • Promulga o Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Civil com a República Libanesa.
7.939, de 20.2.2013	<ul style="list-style-type: none"> • Promulga a Resolução do Comitê de Proteção ao Meio Ambiente Marinho MEPC.165(56), que lista as Substâncias do Protocolo de Intervenção em Alto-Mar em Casos de Poluição por Substâncias que não Óleo.
7.940, de 20.2.2013	<ul style="list-style-type: none"> • Promulga o Protocolo Adicional ao Acordo-Quadro sobre Meio Ambiente do MERCOSUL em Matéria de Cooperação e Assistência frente a Emergências Ambientais.

**Esta obra foi
impressa pela
Imprensa Nacional**
SIG, Quadra 6, Lote 800
70610-460, Brasília/DF
Tiragem: 7.500 exemplares

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

planalto.gov.br

brasil.gov.br 